



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2021

(nº 554/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM N° 554

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de outubro de 2021.

EM nº 00199/2021 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 897/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 03 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá Silvestre Filho
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 03/11/2021, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2983462** e o código CRC **A74EC44D** no site:



[https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007992/2021-29

SEI nº 2983462

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO

CPF.: 221.191.831-04

ID.: 7333 MRE

1959 Filho de Fernando Abbott Galvão e Sônia Bezerra Galvão, nasce em 14 de janeiro, em Nova York, EUA
(brasileiro de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946)

Dados Acadêmicos:

1979 CPCD - IRBr
1984 CAD - IRBr
1988 Mestrado em Relações Internacionais pela American University, Washington-DC/EUA
1997 CAE - IRBr, "Globalização: arautos, céticos e críticos. O conceito, o debate atual, alguns elementos para a política externa brasileira"

Cargos:

1980 Terceiro-secretário
1982 Segundo-secretário
1987 Primeiro-secretário, por merecimento
1994 Conselheiro, por merecimento
1999 Ministro de segunda classe, por merecimento
2006 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1980 Divisão da América Meridional-II, assistente
1981 Departamento das Américas, assistente
1982 Instituto Rio Branco, Professor-Assistente de História das Relações Diplomáticas do Brasil
1982 Secretaria-Geral, Assessor
1984 Missão Permanente junto à OEA, Washington, segundo-secretário
1987 Embaixada em Assunção, segundo-secretário e primeiro-secretário
1990 Instituto Rio Branco, professor-assistente de Relações Internacionais
1990 Instituto Rio Branco, orientador profissional
1990 Presidência da República, Assessoria Diplomática, Adjunto
1992 Fundação Alexandre de Gusmão, diretor-geral
1993 Instituto Rio Branco, professor de Linguagem Diplomática
1993 Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, chefe de Gabinete do Ministro
1994 Ministério da Fazenda, assessor do Ministro
1995 Embaixada em Londres, conselheiro
1998 Gabinete do Ministro de Estado, subchefe e porta-voz
1999 Instituto Rio Branco, professor de Política Externa Brasileira
2001 Embaixada em Washington, ministro-conselheiro e encarregado de negócios
2005 Ministério da Fazenda, chefe de Gabinete do Ministro
2008 Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Internacionais, secretário
2011 Embaixada em Tóquio, embaixador
2013-16 Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a Outras Organizações Econômicas, delegado permanente
2016-18 Secretário-Geral das Relações Exteriores
Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores nas ausências do titular

2019- Missão junto à União Europeia, embaixador

Publicações:

- 1993 Realismo de Cada Um: interdependência e relações políticas entre Estados no mundo pós-guerra fria, in Estudos Históricos, vol. 6, n. 12
- 1998 Globalização: arautos, céticos e críticos, in Política Externa, vol. 6, n. 4 e vol. 7, n. 1
- 2010 Brazil, Russia, India and China: Brand BRIC Brings Chance, in The World Today (August 2010, Number 3).
- 2011 O G-20 e a transformação da governança internacional: anotações pontuais de um participante, in Política Externa, vol. 20, n. 3

Condecorações:

- 1981 Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, Cavaleiro
- 1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1999 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1999 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
- 2000 Ordem do Mérito Brasília, Brasil, Grande Oficial
- 2011 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2011 Grande Medalha do Mérito Presidente Juscelino Kubitscheck, Estado de Minas Gerais, Brasil
- Ordem do Sol Nascente, Japão, Grande Cordão
- Ordem do Infante Dom Henrique, Cavaleiro, Portugal.

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHINA



Outubro de 2021

PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING **Presidente da República**



Nasceu em 1953. Formado em engenharia química com doutorado em direito. De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo. Exerceu cargos em nível provincial, e, entre 2002 e 2007, foi governador e secretário local do PCC na província de Zhejiang. Tornou-se, em 2008, vice-presidente da China. Sucedeu, em novembro de 2012, a Hu Jintao como Secretário-Geral do Partido Comunista e Presidente da Comissão Militar Central e, em março de 2013, como Presidente da República. Visitou o Brasil em fevereiro de 2009, no cargo de Vice-Presidente, e, como Presidente, em julho de 2014 e novembro de 2019. Já manteve dois encontros com o Presidente Jair Bolsonaro, em outubro (Pequim) e novembro (Brasília) de 2019.

WANG YI **Ministro dos Negócios Estrangeiros**



Nasceu em 1953. Serviu no Exército de Libertação do Povo por oito anos e especializou-se em japonês na Universidade de Estudos Internacionais de Pequim. Foi, de 2001 a 2004, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros. Em 2004, foi nomeado embaixador no Japão. Tornou-se, em 2007, membro do Comitê Central do Partido Comunista da China. Foi, de 2008 a 2012, diretor do Escritório do Conselho de Estado para Assuntos de Taipé Chinês. Assumiu, em 2013, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Em 2018, foi elevado também à posição de Conselheiro de Estado. Em julho de 2019, esteve em Brasília, para co-presidir a 3ª edição do Diálogo Estratégico Global Brasil-China (DEG).

YANG WANMING **Embaixador da China no Brasil**



Nasceu em 1964. Possui mestrado em economia e doutorado em direito. Ingressou no serviço exterior chinês em 1990 e dedicou toda sua carreira à América Latina e Caribe. Fluente em espanhol, serviu no México, como conselheiro, e no Chile e na Argentina, como embaixador. De 2007 a 2012, foi diretor-geral do Departamento de Assuntos Latino-Americanos e Caribenhos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, período em que coordenou a elaboração do primeiro *white paper* sobre a política externa chinesa para a região. Tornou-se embaixador da China no Brasil em 2018.

VISÃO GERAL

Em 2014, a China tornou-se a maior economia do mundo pelo critério da paridade de poder de compra (PIB PPP). A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, com contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas (a população total é de 1,4 bilhão), cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia. Nos últimos anos, houve relativa desaceleração do ritmo de crescimento econômico. Entre 1979 e 2015, a economia cresceu a uma taxa média anual de 9,3%. Em 2018, a taxa de crescimento foi de 6,6%; em 2019, foi de 6,1% e, em 2020, de 2,3%. Ainda que seja a menor alta do PIB chinês desde o fim da Revolução Cultural, o resultado concedeu à China o posto de única entre as grandes economias mundiais a registrar crescimento positivo em 2020. A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. China e Brasil mantêm Parceria Estratégica desde 1993 e Parceria Estratégica Global desde 2012.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações bilaterais são maduras, sólidas e baseadas em interesses comuns. Seus princípios basilares são soberania, respeito mútuo, cooperação, busca de resultados concretos para o bem-estar de suas populações e não-interferência no processo político interno de cada país. A China permanece, desde 2009, como o maior parceiro comercial do Brasil e uma das principais origens de investimentos em território brasileiro.

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China evoluíram de forma intensa e adquiriram progressiva densidade e elevado grau de institucionalização. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica — a primeira do Brasil com um país em desenvolvimento — e, a partir de 2004, passaram a contar com o arcabouço institucional da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância bilateral. A Comissão é o principal órgão decisório do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 (PAC) e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PDC).

Em 2012, foi estabelecida a Parceria Estratégica Global entre o Brasil e a China, com a criação do Diálogo Estratégico Global (DEG), mecanismo em nível de ministros das relações exteriores para intercâmbio de opiniões sobre assuntos das agendas bilateral, regional e multilateral.

A densidade da agenda bilateral é refletida na intensa troca de visitas de alto nível entre as autoridades dos dois países. Em maio de 2019, o Vice-Presidente Hamilton Mourão realizou visita à China, no contexto da V COSBAN. Entre os dias 24 e 26 de outubro do mesmo ano, o Presidente Jair Bolsonaro realizou visita de Estado à China, onde manteve encontros com o Presidente Xi Jinping, com o Primeiro-Ministro Li Keqiang e com o Presidente do Congresso Nacional do Povo, Li Zhanshu, e participou de evento que reuniu empresários brasileiros e chineses. Durante a visita, foram assinados oito atos bilaterais nas áreas de ciência e tecnologia, agronegócio, energias renováveis, educação, entre outras. Em novembro, no contexto da realização da X Cúpula do BRICS, o Senhor Presidente da República encontrou-se novamente com o Presidente Xi Jinping, ocasião em que foram concluídos nove atos bilaterais, nas áreas do agronegócio, de saúde, de serviços, de investimentos, de transportes, de cultura e de migração.

A partir de 2020, diante das dificuldades de deslocamento impostas pela pandemia de COVID-19, a interlocução entre as autoridades permaneceu constante e passou a realizar-se por meio de telefonemas, cartas e outros canais de comunicação.

Em março de 2020, o Presidente da República manteve conversa telefônica com o Presidente Xi Jinping para tratar de temas da agenda bilateral e internacional. Também em 2020, o então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, manteve conversas telefônicas em abril e em setembro com o Conselheiro de Estado e Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi.

Em 9 de abril de 2021, foi realizada conversa telefônica entre os Ministros Carlos França e Wang Yi. Foram discutidos diversos temas da agenda bilateral, como a reforma da COSBAN, cooperação em saúde e vacinas, sustentabilidade, cooperação econômica, comércio, investimentos, 5G, e cooperação em instâncias multilaterais e regionais.

COMÉRCIO

A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009. O comércio bilateral atingiu, em 2020, seu maior volume histórico (US\$ 102,56 bilhões), com saldo superavitário para o Brasil de US\$ 33 bilhões. As exportações brasileiras destinadas à China cresceram 7% no período, apesar da pandemia, e representaram cerca de um terço do total exportado pelo país. A tendência se manteve em 2021 e, apenas nos nove primeiros meses do ano, já foram ultrapassados os valores recordes do ano anterior para a corrente de comércio, as exportações brasileiras e o superávit do Brasil.

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD bilhões)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan-set)
Intercâmbio total	77.1	75.4	83.3	77.9	66.2	58.5	74.8	98.6	98.7	102.5	105,6
Exportações	44.3	41.2	46.0	40.6	35.5	35.1	47.5	63.9	63.4	67.8	71,6
Importações	32.8	34.2	37.3	37.3	30.7	23.4	27.3	34.7	35.3	34.8	34
Saldo	11.5	7.0	8.7	3.3	4.8	11.7	20.2	29.2	28.1	33.0	37,6

Fonte: COMEX Stat

As exportações brasileiras à China atingiram US\$ 67,8 bilhões em 2020 (recorde até então). A alta tem sido sustentada por um aumento na demanda chinesa por *commodities* ao longo dos últimos anos. De janeiro a setembro de 2021, as exportações atingiram US\$ 71,6 bilhões, 34,1% a mais que o mesmo período de 2020. Em 2020, a pauta exportadora brasileira esteve concentrada sobretudo em três produtos: soja (31%), minério de ferro (27%) e petróleo (17%). Essa tendência foi mantida nos nove primeiros meses de 2021: soja (33%), minério de ferro (33%) e petróleo (15%).

O Brasil é o principal fornecedor de produtos do agronegócio à China, que absorveu mais de um terço de tudo que foi exportado pelo agronegócio brasileiro, com 33,7% em 2020, e 32,17% nos primeiros meses de 2021 (Agrostat – MAPA).

Desde o início de 2019, foram assinados importantes acordos sobre questões sanitárias e fitossanitárias, com destaque para protocolos para a exportação de carne bovina termoprocessada, farelo de algodão e melão. O Brasil segue buscando outros avanços nessa área, para ampliar ainda mais a presença de produtos brasileiros no mercado chinês. Exemplos de pleitos brasileiros incluem o reconhecimento pela China

do status do Brasil como país livre de febre aftosa e com risco negligenciável de encefalopatia espongiforme bovina e a assinatura de protocolos sanitários para a exportação de proteína de soja, milho, gergelim, farelo de soja, noz pecã, amendoim, feijão caupi, uva, abacate, pelotas de polpa cítrica, levedura, arroz, sorgo e leguminosas. Com relação às barreiras técnicas, foi assinado o Acordo de Reconhecimento Mútuo de Operador Econômico Autorizado (OEA) e entrou em vigor projeto-piloto entre o INPI e o Instituto Chinês de Propriedade Intelectual (CNIPA) para agilizar pedidos de patentes. Em 2020, as exportações de proteína animal (bovina, suína e de frango) representaram 9,7% do total (foram 7,18% em 2019), contribuindo para a diversificação da pauta.

Principais produtos brasileiros exportados para a China em 2020		
Produto	Valor (US\$ bilhões)	Participação no total
1º Soja	20,9	31%
2º Minério de ferro e seus concentrados	18,5	27%
3º Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus	11,3	17%
4º Carne bovina fresca, refrigerada ou congelada	4	6%
5º Celulose	2,9	4,2%

Enquanto a pauta de exportações brasileiras para a China está concentrada em produtos da indústria extrativa (45%) e agropecuária (32%), a pauta de exportações da China para o Brasil é praticamente toda composta de produtos da indústria de transformação (99%). Ao contrário do que ocorre com o Brasil, a pauta chinesa exibe elevado grau de diversificação, com as cinco principais categorias de produtos exportados somando menos de um terço da pauta (32,5%), proporção semelhante à ocupada na pauta brasileira somente pela soja (31%). Essa tendência se repetiu nos nove primeiros meses de 2021, porém com um aumento de 35,2% nas importações em relação ao mesmo período de 2020.

Principais produtos chineses exportados para o Brasil em 2020		
Produto	Valor (US\$ bilhões)	Participação no total

1º Equipamentos de telecomunicações incluindo peças e acessórios	4,4	13%
2º Válvulas e tubos termiônicas, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores	2,2	6,2%
3º Plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes	1,89	5,4%
4º Compostos orgânicos, compostos heterocíclicos, ácidos nucleicos e seus sais e sulfonamidas	1,74	5%
5º Demais produtos - Indústria de transformação	1,72	5%

Defesa Comercial

Atualmente, o Brasil possui 48 medidas antidumping contra produtos chineses, das quais duas contam com compromissos de preços e uma medida compensatória em vigor. Um dos direitos antidumping e o direito compensatório encontram-se suspensos. Sete das medidas antidumping estão sob revisão, processo durante o qual os direitos seguem em vigor. Além disso, há duas investigações antidumping e uma investigação de subsídios originais correntes, no Brasil, contra produtos chineses.

A China, por sua vez, aplica, atualmente, apenas uma medida de defesa comercial contra o Brasil, o antidumping sobre frangos, que conta com compromisso de preços. O país asiático não leva a cabo, hodiernamente, nenhuma investigação de defesa comercial sobre produtos brasileiros.

AGROPECUÁRIA

Em 2020, o agronegócio foi responsável por quase metade das exportações do Brasil no ano, ao atingir uma participação recorde de 48%. Entre os cinco principais produtos exportados no ano, três (soja, carne bovina, celulose) são do setor. A China é o principal destino das exportações agropecuárias brasileiras. Do conjunto das importações agrícolas chinesas em 2020, 22% foram supridos pelo Brasil (US\$ 21 bilhões), colocando o país na posição de principal fornecedor de produtos agrícolas daquele país. A China foi o destino de 33,7% das exportações do agronegócio brasileiro, bem à frente de outros mercados, como os Estados Unidos (6,9%) e os Países Baixos (4%). Nos oito primeiros meses de 2021, a China segue como o principal destino de produtos do agronegócio brasileiro, com 37,9% das exportações brasileiras do setor.

Avanços recentemente obtidos nas relações sanitárias e fitossanitárias entre os dois países podem ser creditados, em grande medida, às discussões no âmbito da Subcomissão de Temas Sanitários e Fitossanitários (anteriormente chamada Subcomissão de Inspeção e Quarentena) da COSBAN. Podem-se citar, entre esses avanços, os seguintes: a) assinatura de certificados sanitários/fitossanitários para carne

bovina termicamente processada; farelo de algodão; exportação de melão brasileiro para a China e exportação de pera chinesa para o Brasil; b) envio de missões para inspeção “in loco” de estabelecimentos produtores de farelo de soja, farelo de algodão, material genético avícola, proteína concentrada de soja e soro fetal bovino; e c) habilitação (ou levantamento de suspensão de importação) de estabelecimentos chineses de pescado.

Carne bovina (SH 0202): As exportações brasileiras de carne bovina para a China registraram aumento de 50% em valor e 74% em volume em 2020, atingindo a marca de US\$ 4 bilhões e 869 mil toneladas. O Brasil respondeu por 40% das importações chinesas totais, o que consolida o país na posição de principal fornecedor para a China, à frente da Argentina (23%) e da Austrália (11%). Nesse ano, o mercado chinês absorveu 60% do valor total das exportações de carne bovina do Brasil (72% incluindo-se Hong Kong), ao passo que o produto brasileiro representou 9% do consumo doméstico de carne bovina na China. Entre janeiro e setembro de 2021, o setor respondeu por 6% do total das exportações brasileiras para o país asiático, com variação de 50% em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento deve-se, em grande medida, a mudanças de hábito do consumidor chinês. Com o aumento da renda, a crescente fatia da classe média tende a consumir mais carne bovina, em substituição a outras fontes de proteína animal.

Em cumprimento ao protocolo sanitário firmado entre o Brasil e a China, as exportações de carne bovina àquele país foram suspensas em 6/9/21, depois da confirmação de dois casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), em sua forma atípica, em território brasileiro. Diferentemente da forma clássica da doença, a forma atípica é ocorrência aleatória e natural no rebanho bovino, especialmente em vacas de idade mais avançada. Trata-se do quarto e do quinto casos de EEB atípica registrados em mais de 23 anos de vigilância para a doença. O Brasil nunca registrou a ocorrência de caso de EEB clássica, mantendo, desde 2012, o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como país de risco insignificante para a doença. A Embaixada em Pequim e autoridades do MAPA têm prestado informações e realizado gestões, em diferentes níveis, para a retomada das exportações.

Carne de frango (SH 0207): As exportações brasileiras de carne de frango para a China aumentaram 2,5% em valor e 14% em volume no ano de 2020, totalizando US\$ 1,27 bilhão e 672 mil toneladas. O Brasil respondeu por 45% das importações totais da China nesse ano, queda significativa com relação aos anos anteriores. Entre janeiro e setembro de 2021, o país exportou US\$ 973 milhões, decréscimo de 1% em relação ao mesmo período de 2020.

Carne suína (SH 0203): As exportações brasileiras de produtos suínos para a China continental em 2020 dobraram em valor e em volume em relação a 2019, alcançando US\$ 1,2 bilhão e 498 mil toneladas. O Brasil respondeu por 11% das importações totais, na posição de terceiro principal fornecedor para a China no período, atrás de Espanha (22%) e Estados Unidos (16%). Mesmo com esse aumento recente, que tornou o mercado chinês destino de 58% do valor total das exportações brasileiras de carne suína (69% se também consideradas as vendas para Hong Kong), as importações brasileiras representam apenas 1% do consumo doméstico de carne suína na China (com base em dados do USDA).

As importações chinesas de carne suína alcançaram recorde histórico em 2020, elevando a participação do país asiático no comércio global desse produto acima de 50%. Entretanto, fontes externas estimam declínio de 10% a 30% nas importações em

decorrência da recuperação do plantel suíno. Estima-se que o plantel suíno deverá exceder 80% do nível pré-pandemia de peste suína africana (PSA), enquanto dados oficiais apontam que o plantel já teria recuperado 90% do nível anterior à epidemia de PSA. Entre janeiro e setembro de 2021, o Brasil exportou US\$ 1,1 bilhão à China, acréscimo de 23% em relação ao mesmo período de 2020.

Pescados (SH Capítulo 3): A China representou o segundo principal destino das exportações de pescado brasileiro em 2020 com US\$ 18,2 milhões, atrás apenas dos EUA, com 59,4 milhões (54%). Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US\$ 25,7 milhões (aumento de 41% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Soja (SH 1201): A soja foi o principal produto da pauta exportadora do agronegócio em 2020, com vendas de US\$ 35,24 bilhões e 101,04 milhões de toneladas. Quase três quartos (73%) das exportações brasileiras de soja vão para a China. O Brasil continua sendo o principal fornecedor de soja para a China, com 63% das compras chinesas, seguido dos EUA, com participação de 27% (2020). O grão representou 31% de participação nas exportações totais para a China. Entre janeiro e setembro de 2021, o Brasil exportou US\$ 23,7 bilhões, uma variação positiva de 19,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, representando 33% do total das exportações brasileiras até o momento.

Desde 2013, a soja figura como o produto brasileiro mais exportado para a China. Em 2018, as exportações totalizaram US\$ 27,3 bilhões, o que representou 42% da pauta exportadora brasileira para esse parceiro. Em 2019, houve queda expressiva da exportação de soja, tanto em valores absolutos, (US\$ 20,5 bilhões, 25% a menos do que no ano anterior), quanto em participação na pauta de exportações (32% do total). A diminuição das exportações de soja para a China decorreu, principalmente, da epidemia de peste suína africana iniciada em meados de 2018, que diminuiu entre 25% e 35% a produção chinesa de carne suína e, em consequência, o consumo de ração à base de soja. Mesmo com essa diminuição, as exportações de soja para a China em 2019 corresponderam a 78,5% do total das exportações brasileiras do produto. Em 2020, apesar da pandemia de Covid-19, as exportações de soja para a China mantiveram-se estáveis, com leve diminuição em relação ao ano anterior, alcançando US\$ 20,9 bilhões, 31% do total das exportações.

Entre 2015 e 2020, o Brasil manteve-se como o principal exportador de soja para a China, obtendo em média 58,5% de participação nas importações chinesas do produto.

Algodão (SH 5201): As exportações brasileiras de algodão saltaram de US\$ 28,2 milhões em 2017 para US\$ 490 milhões em 2018, alcançando US\$ 819 milhões em 2019. Em 2020, o Brasil exportou US\$ 1,01 bilhão para o mercado chinês, com aumento de 23,9% em relação ao ano anterior. Esse montante corresponde a mais de 30% do algodão exportado pelo Brasil. Com base nos dados disponíveis, o Brasil é o maior fornecedor de algodão para a China, seguido de Austrália, Estados Unidos e Índia. Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US\$ 527,6 milhões (aumento de 23% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Açúcar (SH 17): Depois de exportações de US\$ 598,8 milhões em 2016 (63% do total de açúcar importado pela China), as exportações brasileiras de açúcar diminuíram para US\$ 344,2 milhões em 2017 (38,8%), chegando a seu piso em 2018, com exportações de apenas US\$ 30,4 milhões (4% do total importado pela China). Em 2019,

as exportações recuperaram espaço e alcançaram US\$ 390 milhões (40,5% do total). A queda abrupta da participação brasileira em 2018 decorreu de salvaguarda aplicada pelas autoridades chinesas em maio do ano anterior. Os dois países chegaram a entendimento em 2019, pelo qual o Brasil concordou em não dar andamento a processo de solução de controvérsias na OMC em troca do compromisso chinês de não renovar as salvaguardas. Os números cresceram desde então, alcançando US\$ 1,29 bilhão em 2020, variação positiva de 230,7% em relação ao ano anterior. A trajetória ascendente continua em 2021 (janeiro a setembro) com aumento de 58,9% (US\$ 1,2 bilhão) em comparação ao mesmo período do ano anterior. Nos nove primeiros meses de 2021, as exportações brasileiras à China atingiram US\$ 1,1 bilhão (aumento de 58,9% com relação ao mesmo período do ano anterior).

Melões frescos: Após assinatura de protocolo em 2019, foi oficialmente autorizada a exportação de melão brasileiro para China, tendo o primeiro carregamento chegado no segundo semestre de 2020. Como resultado, as exportações de melões frescos alcançaram a cifra de U\$ 125.175 naquele ano. Nos três primeiros trimestres de 2021, as exportações brasileiras à China foram pouco significativas.

INVESTIMENTOS

De acordo com dados compilados pelo Ministério da Economia, a China foi o segundo maior investidor no Brasil entre 2003 e 2019 (terceiro trimestre), com estoque estimado em US\$ 80 bilhões. O montante é inferior apenas aos investimentos feitos pelos EUA, estimados em US\$ 82 bilhões no final do mesmo período. Relatório do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), com dados compilados entre 2007 e 2020, aponta estoque de US\$ 66 bilhões, montante que corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul. Com relação ao destino dos investimentos chineses, destacam-se os setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo, bem como de transportes, telecomunicações, serviços financeiros e indústria.

A China é, ainda, a principal origem externa de investimentos no PPI. Com projetos que totalizam USD 76,8 bilhões, o país responde por um quarto (25,8%) de todo o investimento estrangeiro potencial previsto no programa. Os investimentos chineses no programa destinam-se aos setores de energia elétrica (geração e transmissão) e de extração de petróleo.

Em novembro de 2019, as estatais chinesas CNOOC e CNODC participaram nos consórcios vencedores da rodada de licitações do excedente da cessão onerosa do pré-sal.

Parte significativa dos investimentos chineses no Brasil dirige-se a iniciativas já existentes no mercado doméstico brasileiro, como geração e distribuição de energia, setor automobilístico e serviços bancários. Em alguns casos, como no setor automobilístico (associação entre a CAOA e a Chery) e no de serviços bancários (compra de participação no Nubank pela Tencent, por US\$ 180 milhões), a presença chinesa ocorre em associação com empresas locais. Na área de energia elétrica, as empresas chinesas *State Grid* e a *Three Gorges* têm no Brasil cerca de metade de seus ativos no exterior.

Em termos de distribuição geográfica, empresas chinesas investiram em todas as regiões do Brasil. Há projetos chineses confirmados em 23 das 27 unidades federativas do País. A maior parte, no entanto, concentra-se na região Sudeste, em particular em São Paulo e no Rio de Janeiro. Quanto às demais regiões, destaca-se a decisão, em

leilão realizado em 2019, de que consórcio de empresas chinesas construiriam a ponte Salvador-Itaparica, no valor de 3,8 bilhões de reais.

Nas visitas do Presidente Jair Bolsonaro à China, assim como do Presidente Xi Jinping ao Brasil, ambas em 2019, reafirmou-se a posição de que a atração de investimentos em áreas de interesse nacional está entre as prioridades do governo brasileiro.

Investimentos brasileiros na China

Muito embora sejam menos expressivos os investimentos brasileiros na China, especialmente se comparados aos investimentos chineses no Brasil ou aos investimentos brasileiros em outras regiões, o volume tem crescido e o estoque já passaria dos 350 milhões. Relatório do CEBC posiciona a China no quarto lugar no ranking de países com investimentos brasileiros anunciados no exterior. Dentre as empresas brasileiras com presença na China destacam-se Vale, Petrobrás, Banco do Brasil, BRF, Embraer, Itaú, Odebrecht, Queiroz Galvão, Marfrig, WEG, Suzano, Tramontina, entre outros.

ENERGIA E MINERAÇÃO

Há grande interesse das empresas chinesas no setor energético brasileiro. As duas maiores empresas chinesas da área de energia elétrica, a "State Grid" e a "Three Gorges", reconhecem a importância das oportunidades oferecidas pelo mercado brasileiro e mantêm no Brasil mais de 50% de seus ativos no exterior. Na área de petróleo, empresas chinesas participaram do leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa do pré-sal, em 2019.

A Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN tem cumprido relevante papel como catalisadora da cooperação bilateral, servindo, sobretudo, como foro de intercâmbio de informações sobre políticas, regulamentação, estratégias de desenvolvimento e projetos-chave nas áreas de energia, geologia e mineração. Foram realizadas, ao todo, quatro reuniões da subcomissão. A última edição ocorreu em maio de 2019, oportunidade na qual foram discutidos temas afetos a mineração, petróleo e gás e bioenergia.

No contexto da visita de Estado do Senhor Presidente da República à China, realizada em 2019, o Ministro de Minas e Energia realizou missão ao país (21-26/10/19), quando manteve encontros com representante da NDRC e com o Ministro de Recursos Naturais Lu Hao, além de visitar a construção da plataforma de exploração de petróleo "offshore" da Petrobras na cidade de Qingdao. Durante a missão, o Ministério de Minas e Energia e a NDRC celebraram Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energias Renováveis e Eficiência Energética.

O memorando prevê a criação de subgrupos específicos e parcialmente independentes de energia renovável hidrelétrica, eólica e solar; bioenergia; e eficiência energética. No caso das energias renováveis, há espaço para trabalho conjunto no desenvolvimento de tecnologia e em diálogos bilaterais sobre atração de investimentos.

Brasil e China mantêm cooperação já tradicional no setor mineral (ferro, nióbio e cobre). A China importa cerca de 70% de suas necessidades em minério de ferro, item fundamental no comércio bilateral. O Brasil é o segundo maior fornecedor de minério de ferro para a China, ficando atrás da Austrália, que responde por 60% das importações chinesas.

O petróleo é um dos principais itens da pauta exportadora do Brasil para o mercado chinês. O país asiático tornou-se, em 2017, o maior importador mundial de petróleo, ultrapassando os EUA. A China importa, atualmente, 70% do petróleo que utiliza, parcela que poderá, de acordo com estimativas, atingir 80% em 2030. A China tornou-se também o maior importador mundial de gás natural. De acordo com a "US Energy Information Administration" (EIA), o país deverá responder por um terço do crescimento da demanda global de gás até 2022, em parte devido ao objetivo de mitigar a poluição atmosférica. O crescimento da demanda de petróleo e gás tem sido atendido principalmente por meio de compras no mercado internacional. A China é também a maior importadora de carvão do mundo (cerca de 300 milhões de toneladas em 2019).

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Um dos marcos para a cooperação parlamentar bilateral é a assinatura, em 2006, do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional do Povo, que prevê contatos entre seus respectivos líderes e cooperação em nível de comitês especializados. O mecanismo regular de intercâmbio entre instituições legislativas dos dois países foi lançado em junho de 2012, por ocasião de visita à China do então Presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia.

O Grupo Parlamentar Brasil-China na Câmara dos Deputados foi criado em 30 de junho de 1993 (Resolução nº 47/93) e o Grupo Parlamentar Brasil-China no Senado Federal foi criado em maio de 2004 (Resolução nº. 04/04).

Existe, no âmbito da corrente legislatura do Congresso Nacional do Povo chinês, grupo parlamentar de amizade com o Brasil, presidido pelo diretor do Comitê de Supervisão e Justiça e integrado por outros 12 representantes.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

O relacionamento bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) intensificou-se a partir de 2004, com a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e a assinatura do Plano Decenal de CTI 2012-2021 e do Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021.

Os assuntos relacionados à CTI são tratados pela Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, que se reuniu pela quarta vez em setembro de 2017, em Brasília. A quinta edição desse mecanismo estava prevista para abril de 2020, em Pequim, mas foi adiada em função da pandemia de COVID-19. Ademais das discussões no âmbito da COSBAN, os dois países mantêm os chamados Diálogos de Alto Nível Brasil-China sobre C,T&I, cuja última edição ocorreu em junho de 2019, em Brasília, no nível de Secretário-Executivo.

Com o maior envolvimento de entidades privadas na cooperação em C, T e I, uma vertente que tem obtido resultados promissores é a aproximação de parques tecnológicos, fundos de capital de risco e startups. Essas áreas são exploradas também com atividades conexas à iBRICS Network (rede de parques tecnológicos do BRICS) e seus programas de incubação cruzada para startups.

Em outubro de 2019, no contexto da visita do Presidente Bolsonaro à China, foi assinado o “Memorando de Entendimento para o Intercâmbio de Jovens Cientistas”, que prevê a concessão de bolsas para cientistas que concluíram o doutorado recentemente para realizar suas pesquisas em universidades do outro país.

Em junho de 2021, realizou-se videoconferência entre o Ministro Marcos Pontes e o Ministro de Ciência e Tecnologia da China, Wang Zhigang. A pauta do encontro incluiu, entre outros pontos, saúde, intercâmbio de cientistas, COSBAN, cidades inteligentes e inteligência artificial.

Entre os projetos de cooperação bilateral em CTI, destacam-se o Centro China-Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia, mantido entre a Universidade de Tsinghua e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), e a parceria estabelecida em 2019 entre Embrapa e INASEED/CAAS para a criação de laboratórios conjuntos voltados ao melhoramento e desenvolvimento de novas variedades de soja a partir de técnicas de edição de genoma.

No âmbito do Programa Diplomacia da Inovação, o MRE e os postos na China têm conduzido ou apoiado ações para atores brasileiros de C,T e I na China, a exemplo de iniciativas voltadas a startups, agritechs e fintechs, seminários e mobilização da diáspora brasileira. Dentro do programa Startout Brasil (iniciativa conjunta entre MRE, ME, Apex-Brasil, Sebrae e Anprotec), 15 startups brasileiras participaram de programa de internacionalização com destino a Xangai e pós-missão em Hong Kong, em dezembro de 2019.

COVID-19 E COOPERAÇÃO EM SAÚDE

Os dois países têm histórico de aproximação bilateral na área de saúde que data da década de 1980, ao amparo do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado em 1982. A partir do início da década de 2000, o relacionamento Brasil-China no domínio da saúde ampliou-se e ganhou maior institucionalidade. Em 2011, os Ministros de Saúde assinaram o Plano de Ação Conjunta Brasil-China em Saúde, instrumento que norteou a cooperação para o setor. Em 2015, foi criada a Subcomissão de Saúde no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN). A primeira reunião da Subcomissão de Saúde foi realizada em São Paulo, em novembro de 2017.

A segunda e mais recente reunião da Subcomissão de Saúde ocorreu à margem da 72ª Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 20-28/5/19) e contou com a participação do Ministro da Saúde do Brasil e do titular da Comissão Nacional de Saúde da China. Na ocasião, ambas as partes intercambiaram ideias e demonstraram interesse em reforçar a cooperação bilateral, com foco em prevenção e controle de doenças contagiosas e não-contagiosas; acesso a novos remédios e vacinas; respostas a emergências de saúde pública; resistência antimicrobiana; e medicina tradicional e alternativa. Foi assinado, em novembro de 2019, Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde e a Administração Nacional de Medicina Tradicional da República Popular da China no campo da Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa.

Brasil e China têm dialogado e cooperado constantemente no enfrentamento da crise causada pela pandemia. Em 2020, com a pandemia global, a cooperação para o seu enfrentamento tem sido item prioritário da agenda bilateral. Em fevereiro de 2020, o governo brasileiro enviou à China doações de produtos médicos arrecadados por doadores brasileiros e pela comunidade chinesa no Brasil. Em março, empresas e entidades chinesas mobilizaram-se para doar insumos médicos ao Brasil (estimativa das doações de empresas e governo chinês: 15 toneladas). Em julho de 2020, o Brasil recebeu doações de materiais médicos e equipamentos de proteção individual viabilizadas pela Agência Chinesa de Desenvolvimento para a Cooperação Internacional (CIDCA). Em junho de 2020, o Instituto Butantan estabeleceu parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac para testes, importação e produção no Brasil da

vacina CoronaVac. O imunizante começou a ser produzido pelo Butantan no início de 2021.

Em fevereiro de 2021, o governo chinês liberou a exportação do primeiro lote de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) para a produção da Oxford/AstraZeneca no Brasil. São produzidos na China os IFAs para a fabricação no Brasil tanto da CoronaVac quanto da vacina Oxford/AstraZeneca, esta na Fundação Oswaldo Cruz. Em conversa telefônica com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi, realizada em 9 de abril, o Ministro Carlos França solicitou auxílio para fornecimento de IFAs com vistas à produção, no Brasil, de 60 milhões de doses da vacina Oxford-AstraZeneca. Até outubro de 2021, 75% das vacinas oferecidas no âmbito do Programa Nacional de Imunizações haviam sido produzidas com insumos originários da China. A Embaixada do Brasil em Pequim acompanha cada processo de autorização de exportação dos insumos na China e, ao longo deste ano, realizou diversas gestões junto às autoridades chinesas com vistas a acelerar a liberação de IFAs para a Fiocruz e o Instituto Butantan.

COMUNIDADE CHINESA NO BRASIL

A primeira chegada oficial de imigrantes chineses no Brasil foi registrada em 15 de agosto de 1900, quando atracou no porto de Santos o navio a vapor Malange, vindo de Portugal e trazendo trabalhadores chineses para lavouras de café no interior do estado. O registro de 119 homens chineses, com idades entre 20 e 40 anos, consta nos arquivos da antiga Hospedaria dos Imigrantes, na capital paulista. Em 2018, Lei Federal instituiu o 15 de agosto como o Dia da Imigração Chinesa no Brasil. Estima-se que, atualmente, vivam no país cerca de 300 mil chineses e descendentes. Segundo dados da Polícia Federal, os chineses representam cerca de 5% do número de imigrantes registrados no Brasil.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

POLÍTICA INTERNA

O sistema político chinês é composto por duas grandes instituições verticais paralelas: (1) o Partido Comunista da China (PCC); e (2) o governo propriamente dito. Observa-se, na prática, sinergia entre instâncias partidárias e governamentais.

O PCC é o segundo maior partido político do mundo, com cerca de 92 milhões de membros, e está estruturado em três esferas concêntricas de poder: (1) o Comitê Permanente do Politburo, com 7 integrantes; (2) o Politburo, composto por 25 membros; e (3) o Comitê Central, com 376 integrantes (incluindo os alternos).

O Congresso Nacional do PCC, formalmente o principal órgão do Partido, é convocado a cada 5 anos e elege o Comitê Central. Esse último atua como órgão máximo quando o Congresso não está reunido. O Comitê Central, segundo a Constituição do PCC, deve reunir-se pelo menos uma vez por ano, nas chamadas sessões plenárias (ou “plenos”). Como essas sessões costumam ocorrer apenas uma vez ao ano, a maioria das funções e responsabilidades recaem no Politburo e seu Comitê Permanente, cujas lideranças são consideradas as mais altas do Partido e do Estado.

O Politburo (Birô Político) é órgão de decisão intermediário entre o Comitê Central do Partido e o Comitê Permanente do Politburo. As reuniões têm frequência

menor que mensal. O poder do Politburo reside em grande parte no fato de seus membros geralmente deterem simultaneamente cargos dentro da estrutura estatal da República Popular da China e controlarem nomeações. O atual encarregado dos temas de política externa no Politburo é Yang Jiechi, que é o Diretor do Comitê Central de Negócios Estrangeiros do PCC.

O Comitê Permanente do Politburo, por sua vez, é um comitê composto pelos mais altos líderes da China, entre os quais o Presidente e o Primeiro-Ministro. Estima-se que o Comitê se reúna uma vez por semana. Cada membro tem um portfólio, como a economia e a legislação. De acordo com a Constituição do Partido, o secretário-geral do PCC é sempre um membro do Comitê Permanente. Na prática, o Comitê Permanente do Politburo atua como o mais poderoso órgão de decisão na China.

Governo Central

Na esfera governamental, a instância máxima de governo é, formalmente, o Congresso Nacional do Povo (CNP), ao qual estão submetidos o Poder Executivo e o Poder Judiciário. O CNP é composto por aproximadamente 3000 delegados eleitos – para mandatos de 5 anos – por unidades eleitorais representadas por províncias, regiões autônomas, municipalidades e Forças Armadas.

Enquanto o CNP tem apenas uma sessão programada por ano, seu Comitê Permanente reúne-se com periodicidade maior, a cada dois meses. O Comitê é integrado por 175 membros eleitos entre os deputados do CNP e seu presidente é o terceiro na hierarquia política chinesa, atrás apenas do Secretário-Geral do Partido e do Primeiro-Ministro da China. Atualmente, o Comitê Permanente é presidido por Li Zhanshu.

A Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) é órgão consultivo de assessoramento da cúpula partidária e governamental, composta por 2.157 membros que representam diversos grupos sociais. É atualmente chefiada por Wang Yang, membro do Comitê Permanente do Politburo. É formada, no nível nacional, por um Comitê Permanente (com 298 membros) e dez comitês especiais: encaminhamento de propostas; assuntos econômicos; população, recursos naturais e meio ambiente; educação, ciência, cultura, saúde e esporte; assuntos sociais e aplicação da lei; assuntos étnicos e religiosos; registros culturais e históricos; assuntos relativos a Hong Kong, Macau, Taipé Chinês e à comunidade chinesa no exterior; agricultura e assuntos rurais, e assuntos exteriores.

As sessões anuais do CNP durante a primavera chinesa ocorrem em paralelo às reuniões do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). Por serem os principais órgãos deliberativos da China, os encontros do Congresso do Povo e da Conferência são chamados de “As Duas Reuniões” (“Liang Hui”) ou “Sessões Gêmeas”. Na prática, tanto o CNP quanto o CCPPC costumam apenas referendar as decisões tomadas pela cúpula do PCC.

O principal órgão do Poder Executivo é o Conselho de Estado, equivalente ao “cabinet” no Ocidente. Atualmente, presidido pelo Primeiro-Ministro Li Keqiang, é integrado por 26 órgãos em nível ministerial e tem 35 membros em seu formato plenário. O Comitê Permanente do Conselho de Estado, por sua vez, é formado por dez autoridades e se reúne semanalmente. São membros do Comitê Permanente: o Primeiro-Ministro; quatro vice-Primeiros-Ministros; o Secretário-Geral do Conselho de Estado; Ministros da Defesa Nacional, da Segurança Pública e dos Negócios Estrangeiros; e o Presidente da Comissão de Administração de Bens do Estado.

O principal cargo político da China é o de Secretário-Geral do PCC, ocupado, desde 2012, por Xi Jinping. A exemplo de seus antecessores Hu Jintao e Jiang Zemin,

Xi exerce a liderança política do país através dos três cargos que acumula: Secretário Geral (responsável pelos deveres do partido); Presidente da Comissão Militar Central (CMC) (responsável pelos assuntos militares); e Presidente do Estado (posição de cunho cerimonial). Em março de 2018, foi aprovada emenda à Constituição da RPC removendo o limite constitucional de dois mandatos presidenciais consecutivos.

Poder Judiciário

A China continental utiliza o Direito romano-germânico. A Revolução de 1949 e, principalmente, a Revolução Cultural (1966-1976) acarretaram profundas alterações na ordem jurídica chinesa, mas a partir do processo de reforma e abertura, no final da década de 1970, a China voltou a estruturar seu sistema jurídico com base no modelo civilista. Na Região Administrativa Especial de Hong Kong, o "common law" herdado dos colonizadores britânicos foi mantido.

Embora a Constituição de 1982 da República Popular da China reconheça a separação e independência dos poderes, tanto os tribunais quanto as procuradorias ficam submetidos às assembleias populares, nos diferentes níveis da estrutura estatal. Consoante o artigo 3º da Constituição da RPC, "[...] todos os órgãos administrativos, judiciais e de procuradoria do Estado são criados pelas assembleias populares às quais respondem e sob cuja supervisão operam".

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Presidente Xi Jinping apresenta importante inflexão em relação à de seus antecessores imediatos. Se Jiang Zemin e Hu Jintao seguiam, com adaptações, a linha estabelecida por Deng Xiaoping ("esconda a sua força, ganhe tempo e nunca assuma a liderança"), Xi Jinping optou por projeção externa mais assertiva. Trata-se de uma mudança que reflete o progresso econômico e social do país e a posição relativa que assumiu no mundo, sobretudo a partir da crise financeira de 2008, mas também representa uma opção política interna. Em seus discursos, Xi passou a referir-se às responsabilidades da China como grande potência que deve participar ativamente da reforma e reconstrução do sistema de governança internacional.

Essa nova assertividade materializa-se em diversos foros e iniciativas, que, de certo modo, definem o atual momento da política externa chinesa, como a iniciativa "Belt and Road" (BRI) e a presença mais enfática, inclusive militar, no Mar do Sul da China. Observa-se que Pequim vem atribuindo igualmente progressiva atenção a organismos e foros multilaterais e plurilaterais como ONU, G20, BRICS, APEC e outros, estabelecidos em diferentes regiões. A China passou a adotar atitude mais propositiva nessas instâncias. Esse adensamento de participação reflete a afirmação, pela China, no cenário internacional, de seu protagonismo e de sua identidade de país em desenvolvimento e de potência emergente.

ECONOMIA

A economia chinesa está em processo de transição - de um modelo focado no setor exportador e marcado por investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário para um modelo com maior participação do mercado interno, além de ganhos de produtividade com inovação e tecnologia.

Ademais da tendência de desaceleração da economia, as consequências econômicas do novo coronavírus deram origem a novas medidas de estímulo econômico. As principais decisões nesse sentido referem-se à criação de linhas

emergenciais de financiamento para empresas afetadas pela crise, com prioridade para as de pequeno e médio porte. Também foram anunciadas ações nas áreas regulatória e administrativa, como benefícios tributários e diferimento no pagamento de contribuições sociais, empréstimos bancários e tarifas de serviços públicos, para apoiar a atividade na indústria, serviços e agricultura.

Na área de investimentos, o governo vem implementando reformas com o intuito de introduzir medidas liberalizantes em determinados setores. A lei de investimento estrangeiro, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, prevê a facilitação dos procedimentos necessários para a criação de empresa na China com capital estrangeiro e para a participação estrangeira em companhias existentes. A produção de carros pela Tesla (fábrica 100% com capital estrangeiro) na China e a autorização recebida pelo JP Morgan para controlar instituição financeira chinesa são exemplos dos resultados dessa lei.

Por sua vez, a reforma industrial aprovada no final de 2019 lançou plano destinado a promover a integração entre indústrias tecnologicamente avançadas e o setor de serviços, principalmente relacionada com a aplicação da internet e da ciência da informação.

Na política econômica chinesa, deverá aprofundar-se o modelo de "circulação dual", que privilegia o consumo interno como motor do desenvolvimento e reserva ao comércio exterior papel de apoio ao consumo doméstico através da garantia de acesso às cadeias globais de suprimento. A ideia subjacente é a de que o país deverá priorizar o desenvolvimento de seu mercado interno como resposta aos desafios econômicos que já se impunham, mas que foram exacerbados pela pandemia de COVID-19. A classe média chinesa cresceu substancialmente nas últimas décadas, como consequência do desenvolvimento geral do país, e hoje representa contingente estimado em torno de 400 milhões de pessoas, cuja capacidade de consumo deverá ser potencializada como grande motor da economia.

Ao mesmo tempo, as autoridades afirmam que a abertura econômica e comercial seguirá adiante, em nível ainda mais elevado. Destacam-se, nesse aspecto, a participação da China no Acordo Regional Abrangente de Parceria Econômica (RCEP) e a solicitação chinesa (em 16 de setembro último) de aderir ao Acordo Abrangente e Progressivo para a Parceria Transpacífica (CPTPP, em inglês).

A RCEP, firmada em 2020, constitui o maior bloco comercial da atualidade. Conta com 15 membros que, em 2019, somavam população de 2,27 bilhões, PIB de USD 26 trilhões e exportações de USD 5,2 trilhões. Apesar da relevância desses indicadores, analistas têm destacado o grau limitado de liberalização comercial do RCEP, principalmente em razão da exclusão da Índia e da existência de acordos preferenciais prévios entre diversos membros do grupo. Do ponto de vista chinês, no entanto, o RCEP ampliou a rede de acordos com parceiros regionais, sobretudo ao incluir o Japão. O RCEP constituiu, assim, o primeiro acordo chinês com uma das dez maiores economias do mundo.

O CPTPP é o quarto maior ALC do mundo, com 495 milhões de habitantes e 13,4% do PIB mundial. Apesar do potencial ganho econômico que adviria do ingresso da China, permanecem desafios políticos para a acessão chinesa, com provável dificuldade para obter endosso de alguns países participantes do acordo. Apenas uma semana após a solicitação chinesa, o Taipé Chinês igualmente solicitou adesão ao CPTPP, na qualidade de membro. Alega que poderá se valer da mesma denominação utilizada quando de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), ou seja, como “território aduaneiro autônomo”. Como esperado, o governo chinês reagiu negativamente à candidatura do Taipé Chinês.

De acordo com dados do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS), o PIB chinês alcançou, em 2020, a cifra de RMB 101,6 trilhões (USD 15,69 trilhões), com alta de 2,3%, em termos reais, em relação a 2019 (alta nominal de 3%). A previsão de crescimento para o PIB chinês para 2021, segundo o Banco Mundial, é de 7,9%, enquanto analistas locais apostam em taxas entre 8 e 8,5%.

INICIATIVA BELT AND ROAD

Lançada em 2013, a "Iniciativa do Cinturão e da Rota", ou “Belt and Road Initiative” (BRI), é o mais ambicioso projeto na área externa do governo Xi Jinping, tendo sido inscrita, em 2017, na constituição do Partido Comunista. Trata-se de conjunto de projetos de infraestrutura nas vertentes terrestre ("Cinturão Econômico da Rota da Seda") e marítima ("Rota Marítima da Seda"), que ligam, sobretudo, a Ásia ao Mediterrâneo. Seu alcance é aberto e flexível, abrangendo tanto outras regiões do globo, como a costa oriental da África, o ártico (“Rota Polar da Seda”) e mesmo a América Latina, bem como outras formas de infraestrutura, a exemplo da “Rota da Seda Digital”.

Segundo o governo chinês, 143 países já seriam parceiros da BRI. A lista inclui 19 países da América Latina e Caribe, entre os quais Uruguai, Venezuela, Chile, Peru, Bolívia e Equador. Dos países da América do Sul, apenas Brasil, Argentina, Colômbia e Paraguai não aderiram ao BRI, sendo que o último não possui relações diplomáticas com a República Popular da China.

Nome oficial	República Popular da China.
Gentílico	Chinês.
Capital	Pequim.
Área	9.561.000 km ² .
População	1,4 bilhão (2020).

Língua oficial	Mandarim.
Principais religiões	Ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%).
Sistema de governo	República socialista.
Poder legislativo	Congresso Nacional do Povo; composta por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos.
Chefe de estado	Presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013).
Chefe de governo	Primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013).
Chanceler	Wang Yi (desde 14 de março de 2013).
Embaixador em Brasília	Yang Wanming (desde 27/12/2018).
Embaixador em Pequim	Paulo Estivallet de Mesquita (desde 22/11/2018).
Brasileiros no país	4.853 (2020).
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (2020)	0,76 (85ª posição).
PIB nominal (2020)	USD 15,69 trilhões (National Bureau of Statistics - China).
PIB PPP (2020)	USD 24,1 trilhões (FMI).
PIB per Capita (2020)	USD 10,5 mil (FMI).
PIB per Capita PPP (2020)	USD 17,21 mil (FMI).
Variação do PIB (%)	<ul style="list-style-type: none"> • 2,3% (2020); 6,1% (2019); 6,6% (2018); • Crescimento ininterrupto desde 1979.
Comércio bilateral em 2020	US\$ 102,56 bilhões
Comércio bilateral nos primeiros nove meses de 2021	US\$ 105,6 bilhões (34,4% a mais que o mesmo período de 2020)
Total exportações em 2020	US\$ 67,8 bilhões.
Total exportações nos primeiros nove meses de 2021	US\$ 71,6 bilhões (34,1% a mais que o mesmo período de 2020)
Participação no total das exportações	32,4% em 2020 e 33,6% nos primeiros nove meses de 2021.

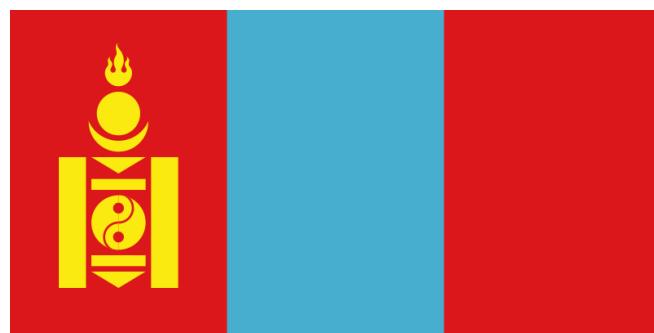
Posição da China nas exportações brasileiras	1º.
Principais produtos de exportação em 2020	Soja (31%), Minério de ferro (27%), Petróleo (17%), Carne bovina (6%) e Celulose (4,2%).
Principais produtos de exportação nos primeiros nove meses de 2021	Soja (33%), Minério de ferro (33%), Petróleo (15%), Carne bovina (5,3%) e Celulose (2,9%)
Total importações em 2020	US\$ 34,77 bilhões.
Participação no total das importações em 2020	21,9%.
Total importações nos primeiros nove meses de 2021	US\$ 34 bilhões (35,2% a mais que o mesmo período de 2020)
Posição da China nas importações brasileiras	1º.
Principais produtos de importação em 2020	Equipamentos de telecomunicações (13%), Válvulas e tubos termiônicos (6,2%), Plataformas e embarcações (5,4%), Compostos orgânicos (5%), demais produtos da Indústria de transformação (5%).
Principais produtos de importação nos primeiros nove meses de 2021	Equipamentos de telecomunicações (13%), Válvulas e tubos termiônicos (6,3%), Plataformas e embarcações (5,6%), Compostos orgânicos (5,1%), demais produtos da Indústria de transformação (4,8%).
Participação do Brasil no comércio exterior da China	3,8% das importações e 1,4% das exportações chinesas (2019).
Posição do Brasil no comércio exterior da China	8º maior exportador para a China e 20º destino das exportações chinesas.
Evolução das exportações brasileiras	<ul style="list-style-type: none"> ● As exportações brasileiras atingiram, em 2020, seu maior valor histórico, com US\$ 67,8 bilhões; ● Foram US\$ 63,3 bilhões em 2019 e US\$ 63,9 bilhões em 2018. ● Média de US\$ 48,5 bilhões desde 2011.

Evolução das importações brasileiras	<ul style="list-style-type: none"> As importações de produtos chineses têm-se mantido estáveis ao longo dos últimos anos; 34,0 bilhões em 2020, 35,2 bilhões em 2019 e 34,7 bilhões em 2018; Média de US\$ 32,7 bilhões desde 2011.
Saldo da balança comercial	<ul style="list-style-type: none"> A China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009 O Brasil mantém superávit desde então O superávit de 2020, de US\$ 33 bilhões, foi recorde. Nos primeiros nove meses de 2021, já foi ultrapassado (US\$ 37,6 bilhões) Houve aumento de 193% na última década (US\$ 11 bilhões em 2011)
Investimentos chineses no Brasil	<ul style="list-style-type: none"> Estoque de 80,5 bilhões (dados compilados pela SE-CAMEX entre 2003 e 2019) Destacaram-se, nesse período, setores de eletricidade e de extração de petróleo, que representam 45% e 25%, respectivamente, do total Relatório do CEBC aponta estoque de US\$ 66 bilhões (compilado entre 2007 e 2020) Esse montante corresponde a quase metade (47%) dos investimentos chineses na América do Sul Em novembro de 2019, estatais chinesas participaram do leilão do excedente da cessão onerosa do pré-sal A China é a principal origem externa de investimentos no PPI, respondendo por 26% do investimento estrangeiro potencial no programa
Investimentos brasileiros na China	Vale, Banco do Brasil, BRF, Embraer, Itaú, Odebrecht, Queiroz Galvão, WEG, Suzano, Tramontina, entre outros (estoque de 320 milhões)
SECOM	Brasemb Pequim; Consbras Xangai, Cantão e Hong Kong; e Escritório em Taipé.

Negociação de Acordo Comercial	<ul style="list-style-type: none"> ● Estão em andamento negociações para a elaboração de novo Plano Estratégico para as relações bilaterais e para a reestruturação da COSBAN; ● Na área comercial, foram assinados, em 2019, 4 protocolos para a exportação de produtos agropecuários - carne bovina termo-processada, farelo de algodão, melão (do Brasil para a China) e pera (da China para o Brasil); ● Estão em negociação protocolos para a exportação brasileira de: proteína de soja, milho, gergelim, farelo de soja, noz pecã, amendoim, feijão caupi, uva, abacate, pelotas de polpa cítrica, levedura, arroz, sorgo e leguminosas; ● Em SPS, além da habilitação de novos estabelecimentos exportadores de produtos cárneos, o Brasil espera que a China reconheça o status do Brasil como país com risco negligenciável de encefalopatia espongiforme bovina e livre de febre aftosa com vacinação, bem como a regionalização da área livre de peste suína clássica no Brasil.
Presença da APEX	Pequim e Xangai.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONGÓLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA 8 de outubro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Mongólia
GENTÍLICO	Mongol, mongólico
CAPITAL	Ulan Bator
ÁREA	1.566.500 km ²
POPULAÇÃO (2018)	3,17 milhões
IDIOMAS	Mongol (oficial), Turco e Russo
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Budismo (53%), Islamismo (3%), Xamanismo (2,9%), Cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%).
SISTEMA DE GOVERNO	República semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento unicameral (Grande Hural)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Khürelsükh Ukhnaa
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Luvsannamsrain Oyun-Erdene
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Batmunkh Battsetseg
PIB nominal (2020)	US\$ 13,14 bilhões
PIB PPP (2020)	US\$ 39,66 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (2020)	US\$ 4.007
PIB PPP <i>per capita</i> (2020)	US\$ 12.100
VARIAÇÃO DO PIB	-5,3% (2020); 5,1% (2019); 6,94% (2018); 5,15% (2017); 1,24% (2016); 2,3 (2015); 9,6% (2014); 11,74% (2013);
IDH	0,735 (92º lugar no ranking)
EXPECTATIVA DE VIDA	69,7 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO	98,63% (2018)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	7,01% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Tugrik
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Agrément concedido à Sra. Battsetseg Shagdar, embaixadora residente em Havana.

EMBAIXADOR EM ULAN BATOR	Emb. Paulo Estivallet de Mesquita (não residente - Pequim)
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA	30

Fontes: Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (US\$ milhões – FOB / Fonte: MDIC)									
Brasil/Mongólia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 (jan a ago)
Intercâmbio	0,949	1,774	1,267	2,135	5,601	4,500	5,400	2,600	1,200
Exportações	0,814	1,557	1,195	1,973	5,516	4,250	4,400	2,400	0,800
Importações	0,135	0,217	0,072	0,162	0,085	0,250	1,000	0,200	0,400
Saldo	0,679	1,339	0,122	1,812	5,432	4,000	3,400	2,200	0,400

APRESENTAÇÃO

A Mongólia é um país mediterrâneo, situado entre a Rússia e a China, no centro-norte da Ásia. Possui uma das menores taxas de densidade demográfica do planeta, com população de pouco mais de 3 milhões de habitantes e a 18^a maior extensão geográfica: 1,56 milhão de km².

A área hoje ocupada pela Mongólia — na maior parte, coberta por estepes, com montanhas ao norte e a oeste, e o deserto de Gobi ao sul — foi governada por diversos impérios nômades. Esse território foi berço do império mongol, dominante nos séculos XIII e XIV e considerado o maior da história em área contígua. O fundador do império, Genghis Khan, é figura venerada na cultura popular do país.

Após longo período sob jugo chinês, a Mongólia tornou-se independente em 1921. Em 1924, foi estabelecida a República Popular da Mongólia, alinhada a Moscou. A partir de 1990, foi implantado sistema semipresidencialista e pluripartidário, ocorreram eleições diretas e teve início transição para economia de mercado. Em 1992, foi promulgada nova Constituição e adotado seu nome atual: Mongólia.

Circundada por duas grandes potências, a Mongólia desenvolve relações amistosas e de cooperação com países tanto do Oriente quanto do Ocidente. Busca seguir uma política externa pacifista, independente e aberta. Possui grande potencial no setor mineral e direciona os objetivos de sua política comercial para a ampliação do acesso aos mercados externos e maior integração à economia mundial, para a superação de seu isolamento geográfico.

PERFIL BIOGRÁFICO

KHÜRELSÜKH UKHNAA

Presidente da República



Nascido em 14/6/1968, Khürelsükh Ukhnaa graduou-se em Ciência Política pela Universidade de Defesa da Mongólia e em Administração pela Universidade Nacional da Mongólia. Após atingir a patente de coronel no Exército (1985-1990), dedicou-se a diversas funções públicas, notadamente: Parlamentar (desde 2000); Ministro de Inspeção Profissional (2004-6) e de Emergências (2004-6); Vice-Primeiro-Ministro (2014-5); e Primeiro-Ministro (2017-janeiro de 2021). Venceu as eleições presidenciais de 9 de junho de 2021, no primeiro turno, com 67,76% dos votos válidos.

LUVSANNAMSRAIN OYUN-ERDENE
Primeiro-Ministro



Nascido em 1980. Formado em Direito pela Universidade Nacional da Mongólia, com Mestrado em Ciência Política pela mesma instituição e Mestrado em Política Pública por Harvard. Iniciou carreira política em 2008, pelo então Partido Revolucionário do Povo Mongol, hoje Partido Popular Mongol. Eleger-se para o Parlamento em 2016, logrando a reeleição em 2020. Desde fevereiro de 2019, ocupava o posto de Ministro-Chefe da Secretaria do Gabinete do governo mongol. Assumiu o cargo de Primeiro-Ministro em 27 de janeiro de 2021, após a renúncia de Ukhnaagiin Khürelsükh.

BATMUNKH BATTSETSEG

Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nascida em 1973 na província de Bayankhongor. Formada em Relações Internacionais pela Universidade Nacional da Mongólia, com especialização em Administração pela Escola de Administração de Maastricht, Países Baixos. Entre 2005 e 2007, serviu como Diretora do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação da Agência de Investimento Estrangeiro e Comércio da Mongólia. Entre 2016 e 2020, ocupou o cargo de Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros. Com a nomeação de Luvsannamsrain Oyun-Erdene ao cargo de Primeiro-Ministro da Mongólia, em 27 de janeiro de 2021, Battsetseg assumiu a chefia da diplomacia mongol.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987. Naquele momento, o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores, intitulada "terceiros vizinhos". Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabeleceu relações diplomáticas com os Estados Unidos. A partir daquele período, a Mongólia promoveria a transição de seu regime político para linha das democracias ocidentais e sistema de economia de mercado.

Entre 2007 e 2015, o Brasil e a Mongólia intensificaram os laços bilaterais. Em 3 de maio de 2007, o Secretário de Estado da Chancelaria mongol, embaixador Hasbazaryn Behbat, visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo Regular de Consultas Políticas e realizada a primeira reunião do mecanismo. As sessões seguintes ocorreram em Ulan Bator, em 24 de junho de 2010; em Brasília, em 15 de junho de 2012 e em 9 de junho de 2014; e em Ulan Bator, em outubro de 2018. As cinco primeiras reuniões de consultas políticas evidenciaram a possibilidade de cooperação em energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou Embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul, cumulativa com Argentina, Colômbia, Peru e Chile. A missão foi fechada em 2017, alegadamente em caráter temporário e em consequência de crise fiscal enfrentada pela Mongólia. A Sra. Battsetseg Shagdar, embaixadora residente em Havana, recebeu em 2020 *agrément* como embaixadora não-residente junto à República Federativa do Brasil.

Em 2015, foram assinados acordos nas seguintes áreas:

1) educacional, que permitirá a participação de estudantes mongóis nos Programas de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG).

2) esportiva, que busca reforçar a cooperação em esportes de alto rendimento e para portadores de necessidades especiais, em informação e documentação esportiva, em medicina esportiva, entre outros.

3) diplomática, que possibilita, além do aperfeiçoamento de diplomatas, organização de eventos conjuntos e intercâmbio de acadêmicos e de publicações. No âmbito desse instrumento, a diplomata mongol

Unurjargal Tsegmid, lotada em Brasília, participou, em 2017, do curso de formação oferecido pelo Instituto Rio Branco.

Também em 2015, foi estabelecida, em Entendimento Recíproco por Troca de Notas, isenção de visto para fins de turismo e negócios, para períodos de permanência de até 90 dias, prorrogáveis por igual período.

Minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica encontra-se em fase final de negociação. A última versão acordada foi encaminhada em abril de 2021 por nota verbal à Embaixada da Mongólia em Pequim.

A Mongólia apresenta elevado potencial para desenvolvimento agropecuário, com oportunidades de cooperação com o Brasil. Em visita à Mongólia para apresentação de credenciais, em novembro de 2018, o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita ouviu do lado mongol que o país teria intenção de desenvolver sua indústria de processamento de alimentos, especialmente de produtos cárneos. Na ocasião, o então Presidente Battulga manifestou desejo de aprofundar a cooperação bilateral, reconhecendo que o Brasil é um importante exportador de carne bovina e polo de tecnologias para a agricultura. Já a vice-ministra da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve, Saule Janimkhan, afirmou que gostaria de relançar o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação assinado em 2011 com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, ressaltando que a parte mongol tinha interesse em projetos nas áreas de sanidade animal, processamento de carnes e desenvolvimento de pequenas e médias empresas no agronegócio. Na pecuária, em particular, esclareceu que seu país - seguindo metas estabelecidas no documento "Mongolia Sustainable Development Vision 2030" - tem empreendido esforços para realizar a transição da criação extensiva para criação intensiva de rebanhos.

Ainda no contexto da apresentação de suas credenciais, o embaixador Paulo Estivallet de Mesquita manteve encontro, em 27 de novembro de 2018, com o então secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Damdinsuren Davaasuren. A autoridade mongol mencionou, em particular, que as áreas de esportes e do agronegócio poderiam ser exploradas na cooperação bilateral. No campo esportivo, manifestou interesse na ida de técnicos a Ulan Bator para treinar equipes de futebol.

Assuntos Consulares

A comunidade brasileira residente na Mongólia é estimada em cerca de trinta pessoas.

Em fevereiro de 2018, foi nomeado novo cônsul honorário do Brasil em Ulan Bator, Battulga Tumurdash. Em junho de 2018, foi dada

anuênciа, pelo governo brasileiro, à designação do sr. Henrique Almirates Neto como Cônsul Honorário da Mongólia em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

No período soviético, o sistema político-econômico mongol emulava, em grande medida, o do vizinho do norte. Em 1986, as tropas da URSS partiram. Com a queda do muro de Berlim (1989) e a dissolução da União Soviética (1990-1991), a Mongólia iniciou transição para sistema multipartidário, com economia de mercado. A realização de eleições para o Grande Hural do Povo (parlamento mongol), marcou, em 1990, a chamada “revolução democrática”. Em 1992, foi promulgada Constituição ainda em vigor, com estabelecimento de direitos e liberdades civis. Hoje, a Mongólia é considerada como a democracia mais consolidada da Ásia Central, ocupando o 61º lugar no “Democracy Index” da revista “The Economist”, à frente inclusive de países europeus.

A cena política mongol é dominada pelos seguintes partidos políticos:

- (i) Partido Democrata da Mongólia (PD): formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa da “revolução democrática” de 1990, que pôs fim ao comunismo. Foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. Trata-se do principal partido de vertente liberal;
- (ii) Partido Popular Mongol (PPM): criado, em sua atual versão, em 2010, como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Adota ideário semelhante à social-democracia;
- (iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): disputou, em sua atual versão, apenas as eleições presidenciais de 2013, quando a ministra da Saúde Natsagiin Udval, figura próxima ao ex-presidente Nambaryn Enkhbayar, recebeu 6,5% dos votos.

Em julho de 2017, a 7ª eleição presidencial sagrou a vitória, em segundo turno, de Khaltmaa Battulga do PD, com 50,6% dos votos, sobre Miyeegombyn Enkhbold, do PPM, partido que possuía maioria parlamentar. Em outubro de 2017, disputas intrapartidárias no PPM resultaram em voto de desconfiança do Grande Hural, dissolução do gabinete de ministros e substituição do então Primeiro-Ministro

Jargaltulgyn Erdenebat por Khürelsükh Ukhnaa.

O PPM venceu as eleições legislativas de julho de 2020, conquistando 62 das 76 cadeiras do Parlamento, seguido pelo Partido Democrático com 11 assentos. Khürelsükh Ukhnaa foi reconduzido ao cargo de Primeiro-Ministro. Em janeiro de 2021, renunciou em decorrência de protestos populares contra a atuação do governo no contexto da pandemia de COVID-19.

Luvsannamsrain Oyun-Erdene, também do PPM, assumiu chefia do governo em 27 de janeiro de 2021. Com apenas 40 anos, é um líder jovem, com formação no exterior, e dedicado à estratégia de desenvolvimento “Visão 2050”, que busca implementar práticas de boa governança e aumentar o potencial econômico do país.

Nas eleições presidenciais de 9 de junho de 2021, Khürelsükh Ukhnaa sagrou-se vencedor, no primeiro turno, com 67,76% dos votos válidos. Cerca de 1,2 milhão de eleitores compareceram às urnas, sem registro de incidentes violentos. Khürelsükh Ukhnaa derrotou o ex-parlamentar e empresário do setor de telecomunicações, Enkhbat Dangaasuren.

Monitores internacionais do Escritório para Instituições Democráticas e Direitos Humanos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, na sigla em inglês) acompanharam as eleições. O período pré-eleitoral foi marcado por decisão judicial que proibiu o então presidente Khaltmaagiin Battulga a disputar a reeleição. O escrutínio esteve sujeito a restrições impostas pela pandemia. Enkhbat Dangaasuren testou positivo para Covid-19 e foi obrigado a isolar-se, o que prejudicou a realização do único debate público previsto entre os candidatos.

À luz da posição majoritária do PPM no Grande Hural, analistas internacionais acreditam que Khürelsükh Ukhnaa contará com confortável margem de governabilidade nos seus próximos seis anos de mandato, sendo vedada a reeleição. Além de chefe de Estado, o novo presidente exerce também as funções de Comandante das Forças Armadas e de presidente do Conselho de Segurança Nacional, dispondo de poder de voto legislativo.

COVID-19

Em resposta à pandemia de COVID-19, a Mongólia fechou fronteiras e aeroportos. Todos os voos internacionais foram suspensos. Todas as cidades do país, incluindo a capital, Ulan Bator, foram declaradas em quarentena. Eventos públicos foram cancelados, e escolas e espaços de entretenimento foram fechados. Até 04/10/2021, foram confirmados 312.376 casos e 1.347 óbitos. O país já imunizou 65,7% de sua população.

Foram utilizadas as vacinas Sputnik V, AstraZeneca, Sinopharm, Moderna e Pfizer.

POLÍTICA EXTERNA

A situação geográfica da Mongólia, com território inteiramente localizado entre a Rússia e a China, condicionou historicamente as relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, era preponderante a parceria com a União Soviética, os vínculos com a China, com a qual foi estabelecida Parceria Estratégica em 2011, tornaram-se preferenciais.

Nos últimos vinte anos, ampliou-se significativamente a presença chinesa na Mongólia, sobretudo nas áreas comercial e de investimentos. Mais de 60% das exportações mongóis destinam-se à China. A Mongólia - detentora de amplas reservas minerais e de grande potencial pecuário, setores muito valorizados pela demanda do vizinho meridional - recebeu expressivos investimentos chineses na área de mineração. No entanto, a Mongólia continua a conferir importância à Rússia, seu fornecedor de energia.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos constitui outro forte vetor da política externa mongol. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, o país ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem buscado diversificar parcerias, explorando inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, a Mongólia procura contribuir para a resolução da questão da Península Coreana, tendo sido anfitriã de duas reuniões intercoreanas e de encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana. Em 28 de fevereiro de 2000, a Mongólia declarou-se "Estado livre de armas nucleares", fato de relevância para o contexto do Nordeste Asiático.

Em sua região, o país integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), como membro-observador, desde 2004; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), para assuntos de defesa, na qualidade de membro pleno. Ademais, aderiu, no âmbito da

ASEAN, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático.

No plano extrarregional, a Mongólia é, desde 2010, país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Em 2012, tornou-se membro pleno da Organização para a Cooperação e a Segurança na Europa (OSCE).

A Mongólia procura ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da política de "terceiros vizinhos", além de participar mais ativamente em organismos multilaterais e eventos internacionais.

Ao longo dos últimos dez anos, elevou para mais de 160 o número de países-membros da ONU com os quais mantém relações diplomáticas. Vinte e cinco países possuem embaixadas residentes em Ulan Bator, ao passo que a Mongólia mantém embaixadas em trinta e duas capitais.

No final de julho de 2021, a diplomacia da Mongólia manteve intensa agenda de contatos com representantes dos EUA, da China, do Japão e da Coreia do Sul. Nas interações, verificou-se busca por equidistância no antagonismo entre EUA e China e diversificação de parcerias.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Durante o período em que foi satélite da URSS, a Mongólia obtinha um terço de seu PIB da ajuda soviética. A dissolução da URSS ocasionou súbita perda de expressiva parte dessa renda e, consequentemente, recessão econômica, até 1993. A partir de então, a Mongólia cresceu em ritmo variável, conforme oscilações nos preços internacionais de *commodities* minerais, atualmente o principal setor de sua economia.

De acordo com dados do *Asian Development Bank*, a mineração gera mais de 20% do PIB mongol. O segundo setor mais importante é a agropecuária, responsável por 12% do PIB, seguido pelo comércio, fonte de 11%. A atividade mineradora é origem de quase um terço das rendas do governo.

Com a queda dos preços internacionais das *commodities*, particularmente a partir de 2016, a Mongólia enfrenta dificuldades em razão de sua forte dependência da renda gerada pela mineração. Apesar do aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do PIB da Mongólia caiu de 11%, em 2013, para apenas 1% em 2016, recuperando-se

parcialmente em 2017 (5,15%) e 2018 (6,94%). Em 2019, o ritmo de crescimento voltou a desacelerar para 5,1%. Em decorrência da pandemia de COVID-19, em 2020 o PIB mongol sofreu contração de 5,3%.

A mina de Oyu Tolgoi (cobre e ouro), desenvolvida em *joint venture* pela australiana Rio Tinto e pelo governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história do país. Espera-se que, em seu pico de produção - suscetível à variação do preço das *commodities* minerais - responda por até 30% do PIB.

Intercâmbio comercial com o Brasil

Em 2020, as trocas bilaterais somaram US\$ 2,6 milhões, queda de mais de 50% em relação ao ano anterior (US\$ 5,4 milhões), quando o intercâmbio esteve próximo do recorde histórico de 2017 (US\$ 5,6 milhões). O Brasil registrou superávit US\$ 2,4 milhões, exportando sobretudo medicamentos (40%), artigos de confeitoraria (37%) e carne de frango (6%). As importações brasileiras da Mongólia, que em 2019 registraram recorde de US\$ 1 milhão, somaram apenas US\$ 248 mil em 2020, centrados em compostos nitrogenados (65%) e matérias plásticas (29%). Entre janeiro e agosto de 2021, o comércio bilateral atingiu o patamar de US\$ 1,2 milhão, com saldo positivo para o Brasil de aproximadamente US\$ 400 mil. O Brasil exportou sobretudo artigos de confeitoraria (60%), ferramentas (12%) e chocolate (11%), ao passo que as importações concentraram-se em matérias plásticas (54%) e compostos de função nitrogênio (43%).

Em 24 de julho de 2019, foi constituída a Câmara de Comércio Brasil-Mongólia (CCBM), em Ulan Bator. A Câmara declara ter por objetivo incrementar o volume de comércio entre o Brasil e a Mongólia e conta com cinco diretorias - atualmente ocupadas por três brasileiros e dois mongóis.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206-1263	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios da história em extensão territorial.
1271	Kublai Khan, neto de Genghis Khan, estabelece na China a dinastia Yuan.
1368	Enfraquecido pela desunião, o império implode. Tropas Ming expulsam os mongóis de Dadu, atual Pequim.
1380	A Horda Dourada mongol é derrotada pelo príncipe russo Dmitriy Donskoy. Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum.
1636	O império Manchu (Qing) conquista os mongóis do sul, criando a Mongólia Interior.
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do Norte, criando a Mongólia Exterior.
1727	O Tratado de Kyakhta fixa a fronteira ocidental entre a Rússia e o império Manchu, confirmando o domínio Qing sobre a Mongólia e Tuva.
1911	A dinastia Qing cai e a Mongólia Exterior declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia Exterior.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com bolcheviques na Sibéria.
1921	Com o apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas e czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".

1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). A República Popular da Mongólia é proclamada.
1937	O primeiro-ministro Genden, da Mongólia, é preso na União Soviética (URSS) e acusado de espionagem para o Japão. O ministro da Guerra Marechal Demid é envenenado a bordo de trem Trans-Siberiano.
1939	As tropas soviéticas e mongóis comandadas pelo general Zhukov derrotam invasão por forças japonesas na Batalha de Khalkhyn Gol.
1945 e 1946	A Conferência de Yalta preserva o controle soviético da Mongólia. Mongóis votam pela independência em plebiscito das Nações Unidas. A Mongólia é reconhecida pela República da China.
1949 a 1955	São estabelecidas relações com a República Popular da China. Ferrovia que liga a Rússia e a China é construída na Mongólia.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova adesão da Mongólia à ONU.
1966	O secretário-geral do Partido Comunista Soviético assina tratado de amizade em Ulan Bator permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	O secretário-geral do PRPM Yuumjagiin Tsedenbal, chefe de Estado desde 1974, é forçado a renunciar.
1986	Discurso de Gorbachev em Vladivostok abre caminho para <i>détente</i> com a China e retirada das tropas soviéticas da Mongólia.
1990	Protestos forçam renúncia do Politburo do PRPM. Partidos políticos são legalizados. Eleições para o Grande Hural (Parlamento) são vencidas pelo PRPM.
1992	Nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. Nas primeiras eleições democráticas, o PRPM ganha 71 dos 76 assentos na nova unicameral Grande Hural.

1993	Primeiras eleições diretas para presidente são vencidas por Ochirbat, indicado pelos Nacionais e Sociais Democratas.
1997	O candidato Bagabandi, do PRPM, vence a eleição presidencial.
2001	Reeleição do presidente Bagabandi
2002	Visita do Dalai Lama à Mongólia.
2004	Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado primeiro-ministro.
2005	O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. George W. Bush se torna o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold, do PRPM, como primeiro-ministro.
2007	Em novembro, o primeiro-ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia e é substituído por Sanjaigin Bayar.
2008	O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter protestos na capital.
2009	O candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, é eleito presidente. O primeiro-ministro Sanjaigin Bayar, do PRPM, renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	Primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. O PRPM passa a se chamar Partido Popular Mongol (PPM). O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar funda uma nova agremiação chamada Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue maioria. O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção.
2013	Candidato do Partido Democrático e presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj, é reeleito presidente.
2014	Nomeação de novo Chefe de Governo: primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg (dezembro). Nomeação do ministro dos Negócios Estrangeiros Lundeg Purevsuren (dezembro).

2016	PPM vence eleições parlamentares e ocupa 65 das 76 cadeiras do Parlamento.
2017	Acordo com o FMI. Khaltmaa Battulga (Partido Democrático) é eleito presidente. Khürelsükh Ukhnaa (PPM) assume como primeiro-ministro.
2020	PPM vence eleições parlamentares e ocupa 62 das 76 cadeiras do Parlamento. Khürelsükh Ukhnaa é mantido como primeiro-ministro.
2021	Após protestos populares, Khürelsükh Ukhnaa renuncia ao cargo de primeiro-ministro. Luvsannamsrain Oyun-Erdene assume como novo Chefe de Governo.
2021	Khürelsükh Ukhnaa vence, em primeiro turno, as eleições presidenciais de 9/6.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do Vice-Ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília).
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulan Bator (23 de abril). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulan Bator.
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhisig Badamdorj, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2014	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).

2017	Fechamento da Embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2018	V Reunião do Mecanismo Regular de Consultas Políticas, em Ulan Bator.

ATOS BILATERAIS

Título	Celebração	Entrada em vigor/Produção de efeitos
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Geologia, Mineração e Energia, firmado entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Indústria e Comércio da Mongólia	8/8/2005	8/8/2005
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia sobre Isenção Mútua de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	3/5/2007	3/7/2007
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo Regular de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	3/5/2007	3/5/2007
Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia	2011	2011
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia na Área do Esporte	9/6/2015	9/6/2015
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia (área diplomática)	21/9/2015	21/9/2015

Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/9/2015	Em tramitação no CN
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Mongólia, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	21/9/2015	21/10/2015

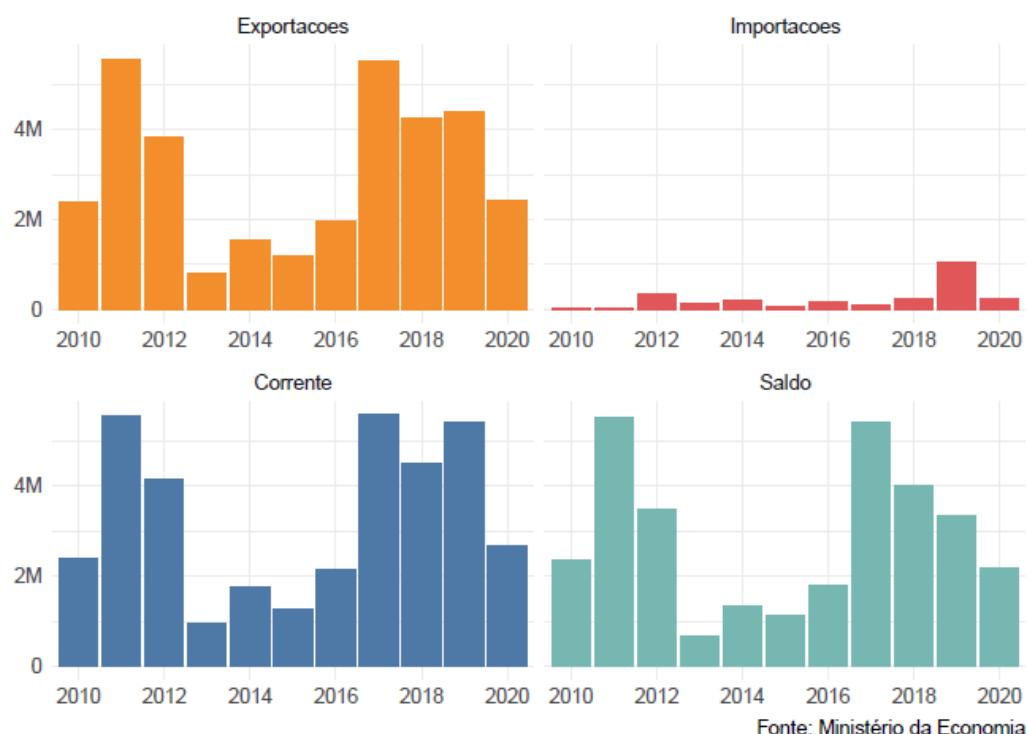
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Mongólia, Fluxo de Comércio até 2020

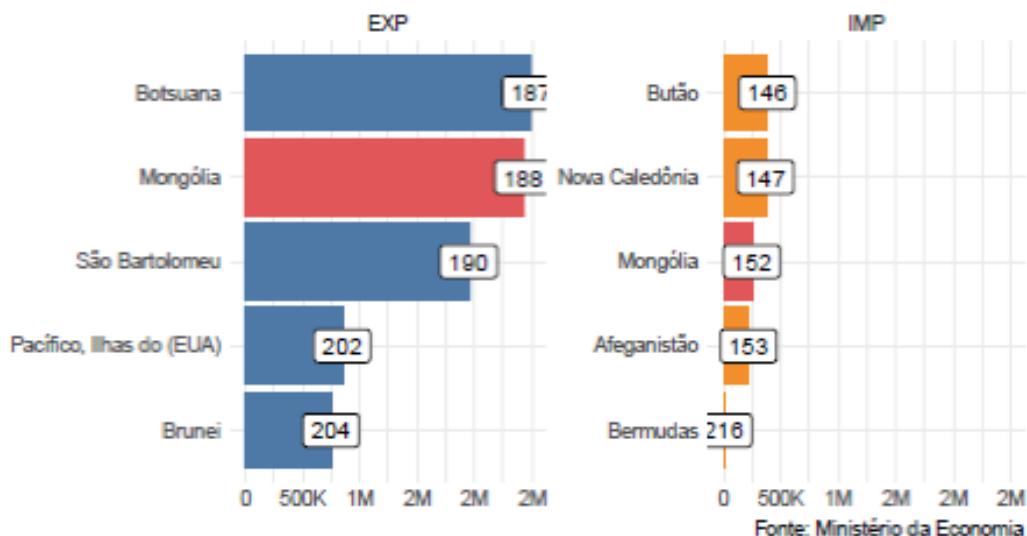


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	2M (-44.81%)	4M (3.11%)	4M (-22.87%)	6M (179.51%)	2M (65.21%)
Importacoes	248K (-76.2%)	1M (319.0%)	248K (193.9%)	85K (-47.8%)	162K (123.7%)
Saldo	2M (-35.05%)	3M (-16.48%)	4M (-26.24%)	5M (199.83%)	2M (61.44%)
Corrente	3M (-50.8%)	5M (20.5%)	5M (-19.6%)	6M (162.3%)	2M (68.6%)

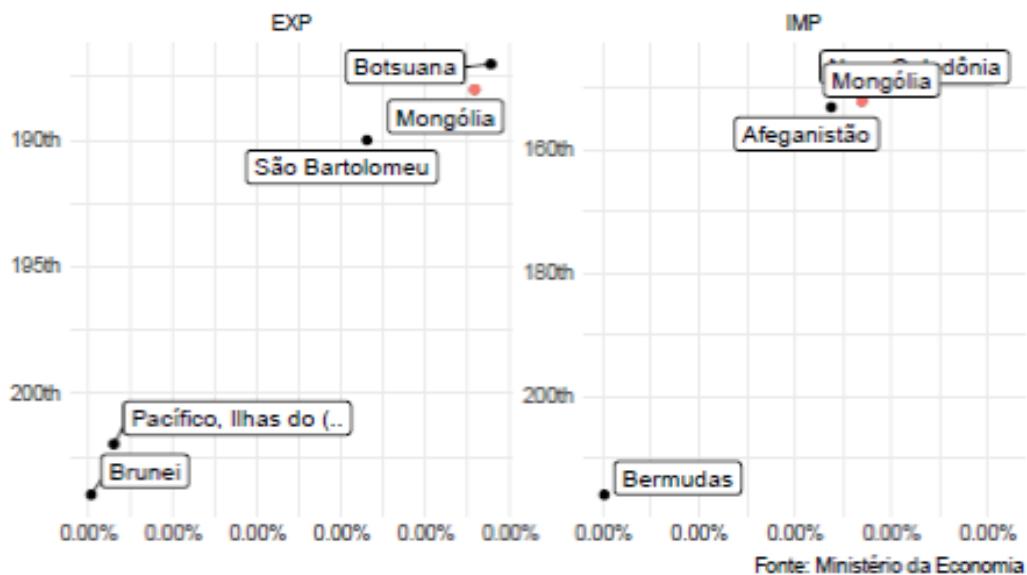
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	1M (-23.27%)	2M (91.17%)	814K (-78.77%)	4M (-30.85%)	6M (132.42%)
Importacoes	72K (-66.7%)	217K (61.2%)	135K (-59.5%)	333K (2 052.4%)	15K (-1.3%)
Saldo	1M (-16.23%)	1M (97.12%)	680K (-80.60%)	4M (-36.67%)	6M (133.30%)
Corrente	1M (-28.6%)	2M (86.9%)	949K (-77.2%)	4M (-25.1%)	6M (131.5%)

1.2 Destinos de exportações e origens de importações

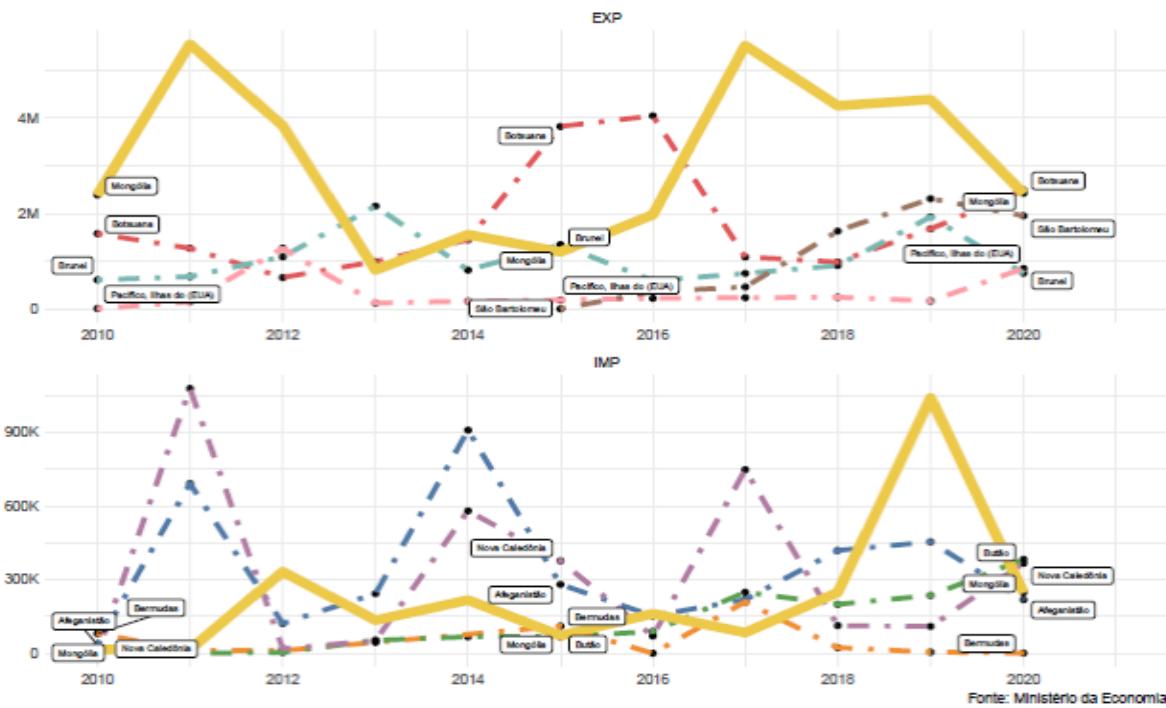
Brasil-Mongólia, parceiros comerciais próximos
em 2020



Brasil-Mongólia, ranking e proporção de comércio, em 2020



Brasil–Mongólia, evolução do comércio até 2020



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Anuais					
Direção	País	Valor	Variação	Proporção	
2020	EXP	Botsuana	2,49M	48,50%	0,00%
		Mongólia	2,42M	-44,81%	0,00%
		São Bartolomeu	1,95M	-15,56%	0,00%
		Pacifico, Ilhas do (RUA)	846,56K	40,42%	0,00%
		Brunei	748,22K	-61,17%	0,00%
2019	IMP	Butão	283,38K	62,38%	0,00%
		Nova Caledônia	267,40K	234,46%	0,00%
		Mongólia	248,06K	-76,17%	0,00%
		Afeganistão	218,70K	-51,87%	0,00%
		Bermudas	1,01K	-79,41%	0,00%
2018	EXP	Mongólia	4,39M	3,11%	0,00%
		São Bartolomeu	2,31M	41,64%	0,00%
		Brunei	1,51M	112,00%	0,00%
		Botsuana	1,58M	70,57%	0,00%
		Pacifico, Ilhas do (RUA)	167,89K	-31,44%	0,00%
2018	IMP	Mongólia	1,04M	319,03%	0,00%
		Afeganistão	454,39K	8,29%	0,00%
		Butão	236,05K	16,06%	0,00%
		Nova Caledônia	109,85K	-2,85%	0,00%
		Bermudas	4,89K	-79,19%	0,00%
2017	EXP	Mongólia	8,82M	179,81%	0,00%
		Botsuana	1,09M	-73,05%	0,00%
		Brunei	744,14K	25,87%	0,00%
		São Bartolomeu	460,84K	27,24%	0,00%
		Pacifico, Ilhas do (RUA)	235,63K	6,30%	0,00%
2017	IMP	Nova Caledônia	748,82K	965,07%	0,00%
		Butão	249,08K	178,85%	0,00%
		Afeganistão	219,00K	43,27%	0,00%
		Bermudas	203,93K	165,199,21%	0,00%
		Mongólia	84,84K	-47,80%	0,00%

1.3 Produtos comercializados

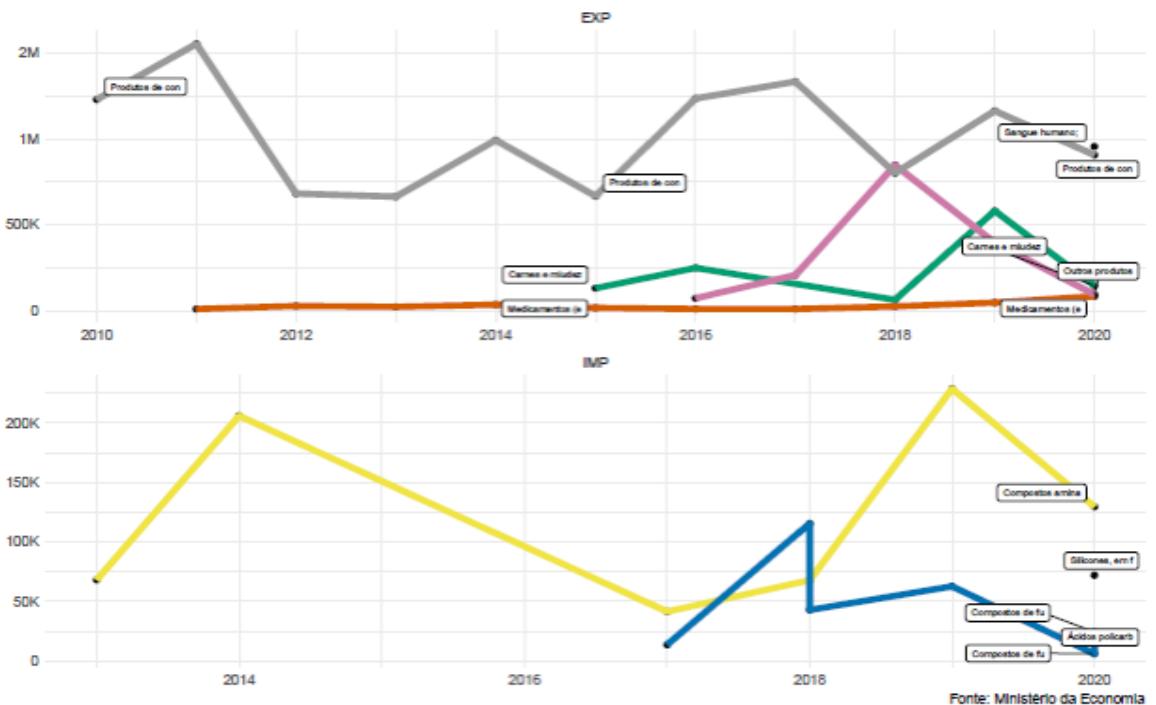
Brasil-Mongólia, pauta comercial, 2020



Brasil-Mongólia, Proporção de Exportações e Importações em 2020



Brasil–Mongólia, evolução do comércio, até 2021



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Anuais						
		Descrição	Código (SH4)	Valor	Vari-ação	Pro-porção
2020	EXP	Produtos de confeitoria sem cacau (incluído o choc..)	1704	907.30K	-22,0%	37,5%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	145.69K	-74,9%	6,0%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	94.34K	-76,1%	3,9%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..)	3004	84.00K	-78,8%	3,5%
	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	129.66K	-43,3%	52,3%
		Compostos de função carbocíclida (incluindo a saca..)	2925	24.54K	-42,9%	9,9%
2019	EXP	Compostos de função carbocíclida; compostos de fun..	2924	6.15K	-90,2%	2,5%
		Produtos de confeitoria sem cacau (incluído o choc..)	1704	1.16M	-45,2%	26,5%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	581.54K	-818,0%	13,3%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	395.38K	-53,4%	9,0%
	IMP	Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..)	3004	46.97K	-80,5%	1,1%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	228.64K	-236,6%	22,0%
	2018	Compostos de função carbocíclida; compostos de fun..	2924	62.79K	-45,6%	6,0%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	847.95K	-309,6%	19,9%
		Produtos de confeitoria sem cacau (incluído o choc..)	1704	801.80K	-39,9%	18,8%
		Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigerad..	0207	63.35K	-74,6%	1,5%
2017	EXP	Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..)	3004	24.78K	-153,4%	0,6%
		Compostos de função carbocíclida; compostos de fun..	2924	115.52K	-732,0%	46,5%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	67.93K	-63,3%	27,3%
	IMP	Produtos de confeitoria sem cacau (incluído o choc..)	1704	1.33M	-7,9%	24,2%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	207.00K	186,1%	3,8%

1.4 Classificações do Comércio

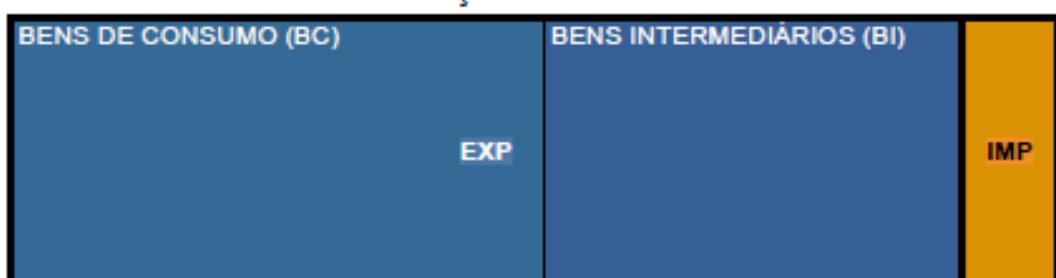
Classificação ISIC em 2020



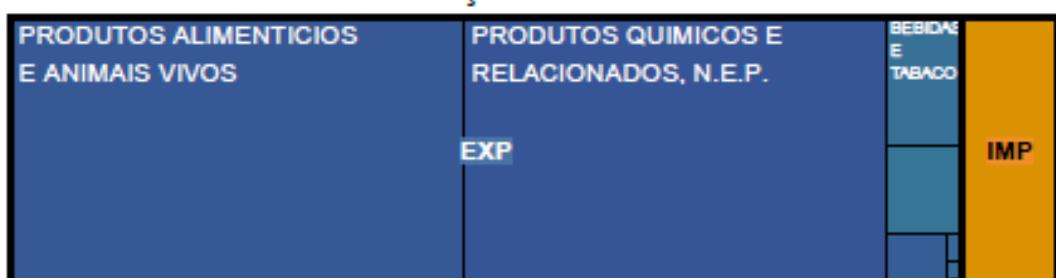
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

2020				
Dirigão	Classificação ISIC	Valor	%	
EXP	Indústria de Transformação	2.4M	99,9%	
	Agropecuária	648,0	0,0%	
	Outros Produtos	617,0	0,0%	
IMP	Indústria de Transformação	248,1K	100,0%	
EXP	Classificação Fator Agregado	Valor	%	
	PRODUTOS MANUFATURADOS	2,3M	99,9%	
	PRODUTOS BÁSICOS	146,5K	6,1%	
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	14,0	0,0%	
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	248,1K	100,0%	
EXP	Classificação CGCE	Valor	%	
	BENS DE CONSUMO (BC)	1,4M	56,0%	
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	1,1M	43,9%	
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	2,4K	0,1%	
	BENS DE CAPITAL (BK)	93,0	0,0%	
	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	247,5K	99,8%	
IMP	BENS DE CONSUMO (BC)	568,0	0,2%	
EXP	Classificação CUCH	Valor	%	
	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E ANIMAIS VIVOS	1,2M	47,7%	
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	1,1M	44,4%	
	BEBIDAS E TABACO	94,4K	3,9%	
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	62,5K	2,6%	
	OBRAIS DIVERSAS	29,7K	1,2%	
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	3,7K	0,2%	
	COMBUSTÍVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	2,4K	0,1%	
	MATERIAIS EM BRUTO, NAO COMESTÍVEIS, EXCETO COMBUSTÍVEIS	617,0	0,0%	
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	247,5K	99,8%	
IMP	OBRAIS DIVERSAS	568,0	0,2%	
ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL				

2 Dados mensais

2.1 Fluxo de Comércio

Brasil-Mongólia, Fluxo de Comércio agregado até Agosto



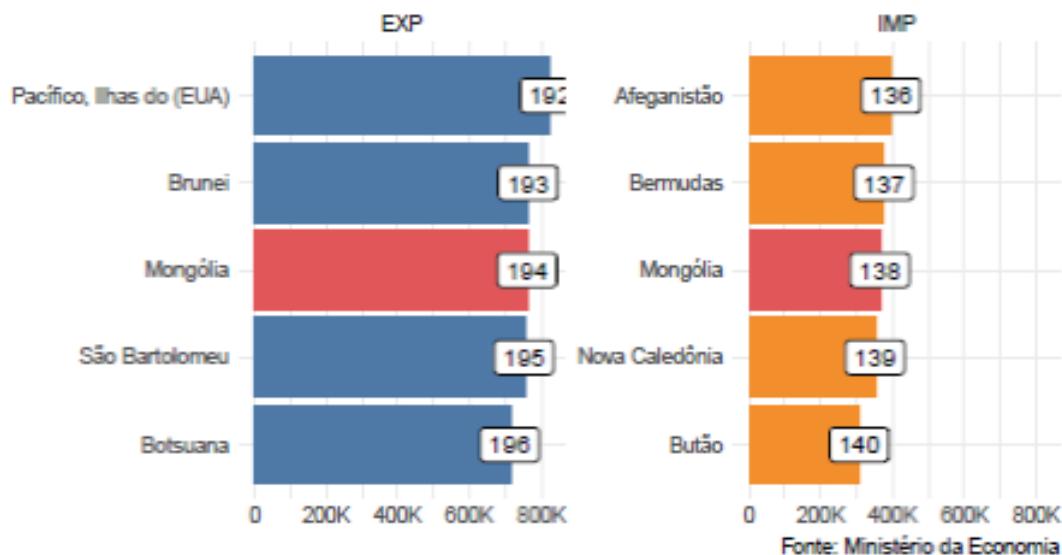
Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	762K (-24.95%)	1M (-71.39%)	4M (15.19%)	3M (-24.77%)	4M (281.46%)
Importações	365K (84.3%)	198K (-79.7%)	976K (364.6%)	210K (247.0%)	61K (-62.5%)
Saldo	396K (-51.5%)	816K (-68.2%)	3M (-10.4%)	3M (-28.9%)	4M (342.5%)
Corrente	1M (-7.1%)	1M (-73.2%)	5M (37.5%)	3M (-20.8%)	4M (236.4%)

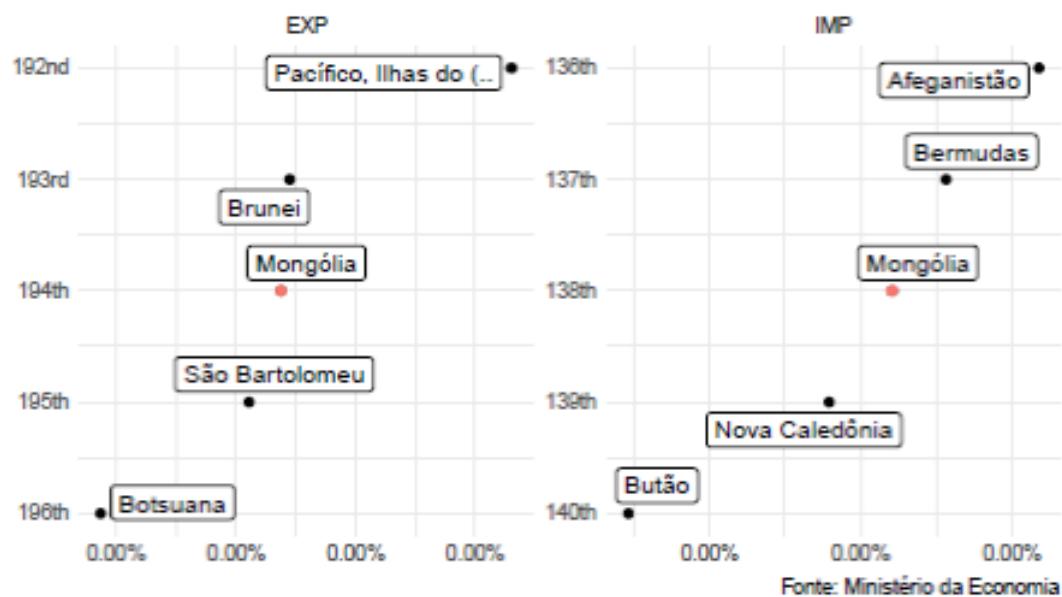
	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	1M (63.63%)	656K (-33.88%)	992K (122.83%)	445K (-87.61%)	4M (-27.58%)
Importações	162K (1 518.3%)	10K (-95.4%)	217K (112.9%)	102K (-60.3%)	257K (1 598.0%)
Saldo	911K (41.1%)	646K (-16.6%)	774K (125.8%)	343K (-89.7%)	3M (-32.6%)
Corrente	1M (85.5%)	666K (-44.9%)	1M (121.0%)	547K (-85.8%)	4M (-22.6%)

2.2 Destinos de Exportações e Origens de Importações

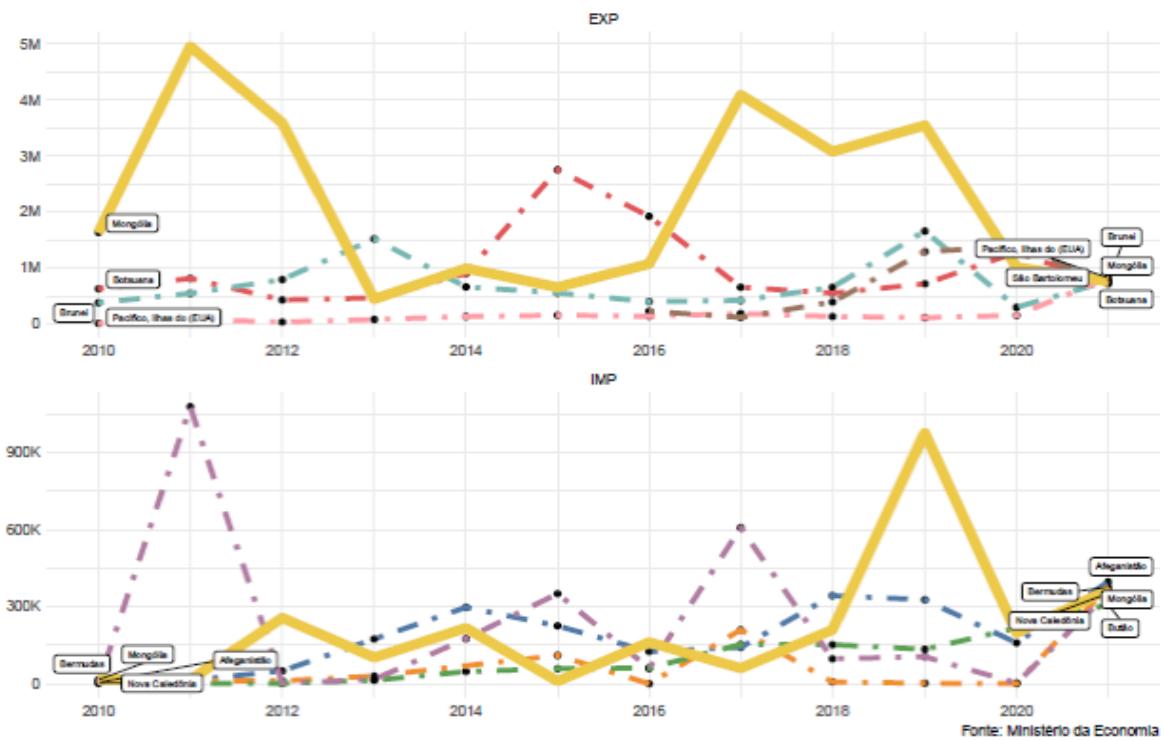
Brasil–Mongólia, parceiros comerciais próximos
2021, agregado até Agosto



Brasil–Mongólia, ranking e proporção de comércio, 2021 até Agosto



Brasil-Mongólia, evolução do comércio agregado até Agosto

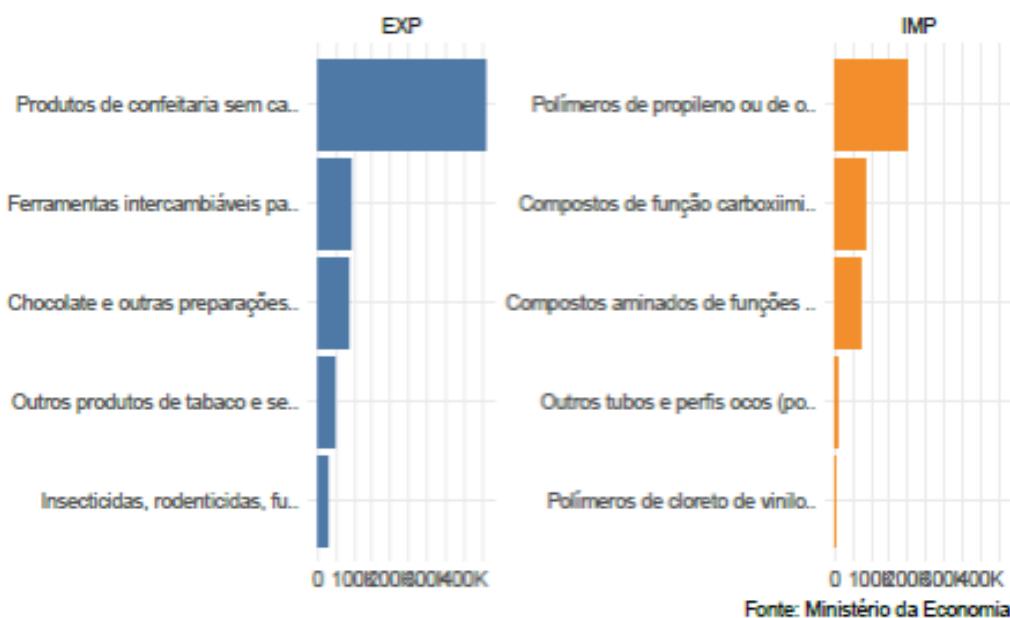


Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Agregados até Agosto					
Dirigido	País	Valor	Variação	Proporção	
2021	Pacífico, Ilhas do (RUA)	824,26K	+40,34%	0,00%	
	Brunei	761,90K	+56,88%	0,00%	
	Mongólia	761,81K	-24,98%	0,00%	
	São Bartolomeu	752,80K	-45,68%	0,00%	
	Botswana	712,65K	-44,29%	0,00%	
	IMP	396,81K	+49,19%	0,00%	
	Bermudas	376,74K	+39,83%,74%	0,00%	
	Mongólia	368,24K	+84,28%	0,00%	
	Nova Caledônia	351,65K	+12,63%,85%	0,00%	
	Butão	308,24K	+42,20%	0,00%	
2020	EXP	1.29M	+7,42%	0,00%	
	Botswana	1.28M	+78,47%	0,00%	
	Mongólia	1.01M	-71,39%	0,00%	
	Brunei	297,38K	-82,07%	0,00%	
	Pacífico, Ilhas do (RUA)	152,55K	+36,72%	0,00%	
	IMP	216,77K	+61,20%	0,00%	
	Mongólia	198,19K	+79,70%	0,00%	
	Afeganistão	159,24K	+51,33%	0,00%	
	Nova Caledônia	2,76K	+97,37%	0,00%	
	Bermudas	942,00	+57,51%	0,00%	
2019	EXP	3.88M	+18,19%	0,00%	
	Brunei	1.95M	+153,54%	0,00%	
	São Bartolomeu	1.29M	+228,53%	0,00%	
	Botswana	716,78K	+30,48%	0,00%	
	Pacífico, Ilhas do (RUA)	111,57K	+15,87%	0,00%	
	IMP	978,17K	+364,64%	0,00%	
	Afeganistão	327,15K	+4,69%	0,00%	
	Butão	134,47K	-11,61%	0,00%	
	Nova Caledônia	105,05K	+7,92%	0,00%	
	Bermudas	2,22K	+69,21%	0,00%	
2018	EXP	3.08M	-24,77%	0,00%	
	Brunei	654,03K	+56,15%	0,00%	
	Botswana	543,41K	+16,17%	0,00%	
	São Bartolomeu	392,74K	+236,04%	0,00%	
	Pacífico, Ilhas do (RUA)	132,62K	+28,61%	0,00%	
	IMP	343,25K	+141,86%	0,00%	
	Mongólia	210,09K	+246,98%	0,00%	
	Butão	152,13K	+0,59%	0,00%	
	Nova Caledônia	97,37K	+83,98%	0,00%	
	Bermudas	7,20K	+96,57%	0,00%	

2.3 Produtos comercializados

Brasil-Mongólia, pauta comercial, 2021 até Agosto



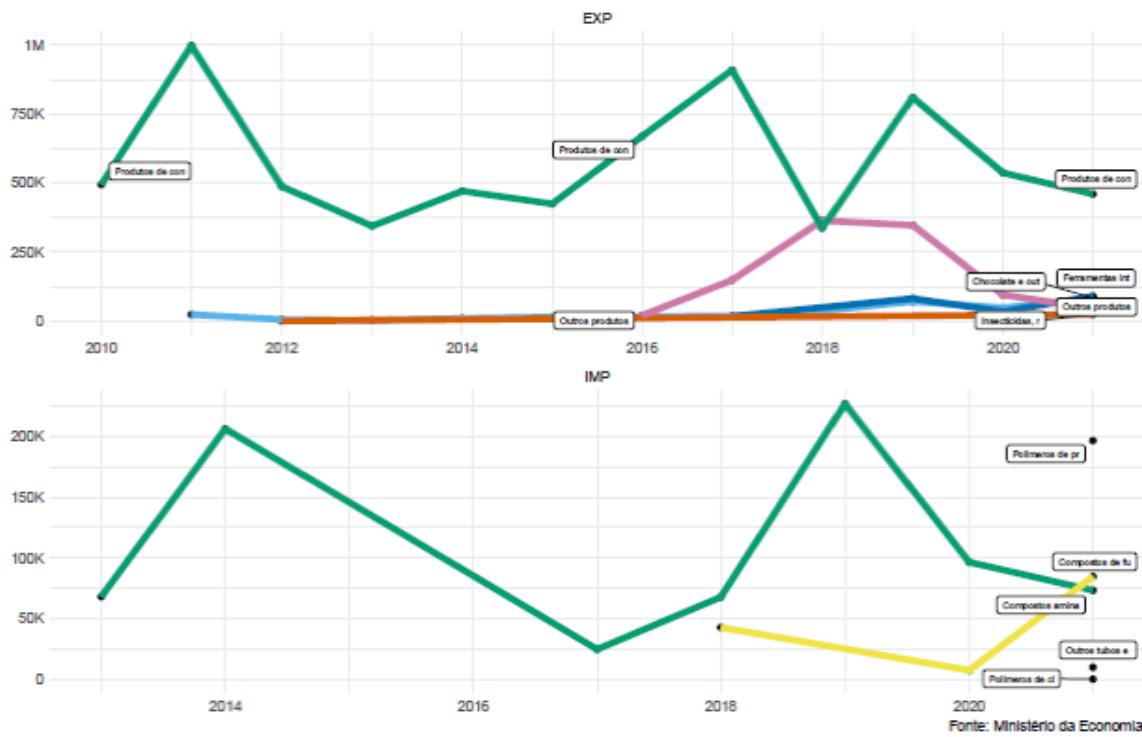
Brasil-Mongólia, Proporção de Exportações e Importações 2021 até Agosto



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

Dados Agregados até Agosto						
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Vari-ação	Pro-porção
2021	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..)	1704	459.81K	-14,3%	60,4%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua..	8207	89.62K	164,4%	11,8%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten..	1806	82.79K	73,6%	10,9%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	46.89K	-50,3%	6,2%
		Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas..	3808	24.00K	37	3,2%
2020	IMP	Compostos de função carbonilada (incluindo a saca..)	2925	84.70K	992,7%	21,2%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	73.46K	-23,9%	20,1%
	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..)	1704	536.76K	-33,7%	52,9%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	94.34K	-72,8%	9,3%
		Chocolate e outras preparações alimentícias conten..	1806	47.68K	-32,4%	4,7%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua..	8207	33.90K	-58,5%	3,3%
2019	IMP	Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	96.58K	-57,4%	48,7%
		Compostos de função carbonilada (incluindo a saca..)	2925	7.75K	-82,0%	3,9%
2018	EXP	Produtos de confeitaria sem cacau (incluído o choc..)	1704	809.30K	140,4%	22,8%
		Outros produtos de tabaco e seus sucedâneos, manuf..	2403	346.71K	-4,7%	9,8%
		Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manua..	8207	81.61K	381,2%	2,3%
	IMP	Chocolate e outras preparações alimentícias conten..	1806	70.52K	93,2%	2,0%
		Compostos aminados de funções oxigenadas	2922	226.60K	233,6%	23,2%

Brasil-Mongólia, evolução do comércio, agregado até Agosto

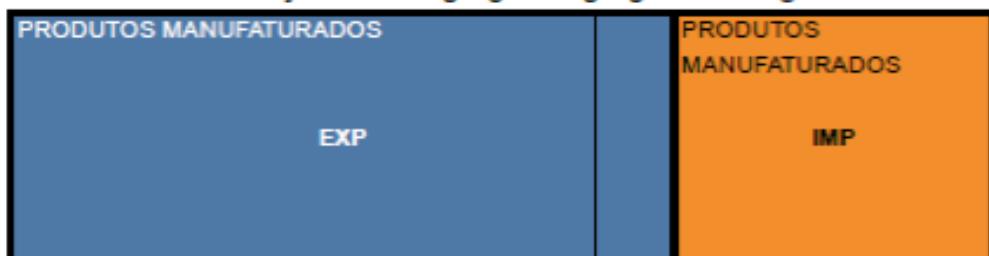


2.4 Classificações do Comércio

Classificação ISIC agregado até Agosto



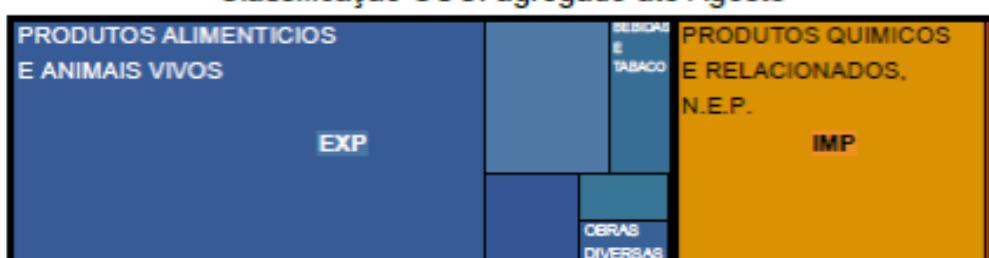
Classificação Fator Agregado agregado até Agosto



Classificação CGCE agregado até Agosto



Classificação CUCI agregado até Agosto



Brasil-Mongólia, Dados Comerciais

2021, agregado até Agosto			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria da Transformação	671.9K	88,2%
	NA	89.6K	11,8%
IMP	Indústria da Transformação	255.2K	100,0%
Direção	Classificação Valor Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS MANUFATURADOS	671.9K	88,2%
	NA	89.6K	11,8%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	255.2K	100,0%
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS DE CONSUMO (BC)	621.2K	81,6%
	NA	89.6K	11,8%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	47.8K	6,2%
	BENS DE CAPITAL (BK)	2.8K	0,4%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	255.2K	100,0%
Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	542.6K	71,9%
	NA	89.6K	11,8%
EXP	BEBIDAS E TABACO	45.9K	6,2%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	41.3K	5,4%
EXP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	19.6K	2,6%
	OBRIAS DIVERSAS	18.8K	2,5%
EXP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.8K	0,4%
	PRODUTOS QUÍMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	255.0K	97,2%
IMP	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	10.2K	2,8%